



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
GROSSO DO SUL/ CÂMPUS DO PANTANAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS



RENATA CARDOSO DOYLE MAIA

**OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CIDADE DE
CORUMBÁ-MS: UMA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES PALESTINOS DA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

CORUMBÁ – MS

2020

RENATA CARDOSO DOYLE MAIA

**OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CIDADE DE
CORUMBÁ-MS: UMA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES PALESTINOS DA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Ocupação e Identidade Fronteiriças.

Orientador(a): Prof^a Dr^a. Elisa Pinheiro de Freitas.

CORUMBÁ – MS

2020

RENATA CARDOSO DOYLE MAIA

**OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA CIDADE DE
CORUMBÁ-MS: UMA PERSPECTIVA DOS IMIGRANTES PALESTINOS DA
FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA**

Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre. Aprovado em ____/____/_____, com Conceito _____.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª. Elisa Pinheiro de Freitas
Presidente da Banca Examinadora
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profº Drº. Marco Aurélio Machado Oliveira
Examinador
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profº. Drº. Waldson Luciano Corrêa Diniz
Examinador
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Profª Drª. Elaine Aparecida Cancian
Suplente
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

À minha família que mesmo de longe, estava torcendo por mim, acreditando que em meio a tantas mudanças, eu seguiria em frente, sempre. Ao meu marido que nunca duvidou de que tudo seria possível, se tivéssemos coragem para começar.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar quero dedicar esse trabalho à Deus, que me deu saúde, força e perseverança para iniciar e prosseguir até o fim dessa jornada de estudo e pesquisa neste país, que passa por inúmeras mudanças na área de educação.

Agradeço à minha família por ser essencial na minha vida e mesmo distante é um combustível para repor as energias.

Ao meu marido Luiz Carlos que sempre me ajudou e me apoiou incondicionalmente.

Ao amigo Julio Ricardo França que me incentivou e me ajudou na pesquisa inicial para ingressar no Mestrado em Estudos Fronteiriços.

Aos amigos de jornada que sempre me incentivaram a não desistir dos meus objetivos. Obrigada pelo ombro amigo e vibrações positivas emanadas durante do processo de elaboração dessa dissertação. Matheus, nossa amizade é inesquecível!

À minha querida orientadora professora Dr^a Elisa Pinheiro de Freitas, que num momento de muito altruísmo me concedeu a honra de ser sua orientanda, e gentilmente dedicou cada segundo do seu tempo à essa missão. Muitas vezes, em algumas palavras de incentivo, lá estava eu, acreditando que tudo ia ter um final feliz.

Ao estimado professor Dr. Paulo Marcos Esselin pela diretriz dada ao longo da pesquisa.

À Professora Elaine Aparecida Cancian de Almeida por ser tão colaborativa e acessível, com amor e ternura, sempre.

Aos Professores Marco Aurélio Machado de Oliveira, Edgar Costa e Beatriz Lima de Paula Silva pelos incentivos e dedicação que sempre tiveram por mim, contribuindo de uma forma muito significativa, principalmente no início da pesquisa.

Ao Professor Waldson Luciano Correa Diniz que vem engrandecer a minha pesquisa e banca de defesa, com orientações e críticas muito relevantes.

“Por trás de todo sotaque estrangeiro, tem muita coragem.”

Autor desconhecido

RESUMO

Essa dissertação é resultado do desenvolvimento da pesquisa realizada no município de Corumbá/MS, e teve por objetivo central analisar as perspectivas de uso do território da cidade, pelo ponto de vista da população palestina, na região fronteiriça estabelecida entre o Brasil e a Bolívia, de modo a compreender os movimentos significativos de cada família que está estabelecida na área central da cidade. Trata-se de pesquisa analítica, aplicada e descritiva, de abordagem qualitativa, com os imigrantes palestinos, delimitando o campo de observação àquelas famílias que atualmente vivem na cidade fronteiriça de Corumbá/MS e que aqui possuem comércio nas Ruas Delamare, 7 de setembro e 15 de novembro, há pelo menos 10 anos. Também foi realizado um levantamento bibliográfico histórico na Associação Comercial de Corumbá, Junta Comercial de Corumbá, Polícia Federal, na biblioteca Municipal, da UFMS e SESC Corumbá, bem como nos estudos já confeccionados pelos professores e alunos do programa de pós-graduação da UFMS (incluindo Mestrado e Doutorado) e de outros Estados sobre o tema. A atividade de campo foi feita em uma etapa, através de entrevistas estruturadas com o público-alvo, a partir de um roteiro pré estabelecido, por amostra representativa, com 08 questões abertas. Buscou informações sobre as vantagens e desvantagens de comercialização nesta região de fronteira, de modo a identificar os fatores pelos quais os novos e antigos imigrantes decidiram fixar residência nesta cidade de fronteira e iniciar suas vidas; comparou as vivências descritas entre os estudados, identificando os aspectos sociodemográficos e comercial da cidade. Os resultados apontam a formação de uma rede de cooperação, que se estabeleceu entre parentes e amigos da mesma região da palestina e que já estavam no território. Por questão de sobrevivência, começaram a praticar o comércio em família e em função da localização territorial da região e da diversidade cultural que se estabeleceu na cidade, estreitaram suas relações com a população e se tornaram um importante e tradicional apontamento para o desenvolvimento comercial de Corumbá, com suas lojas de produtos diversificados e gentileza própria de quem nasceu para ser comerciante.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Fronteira. Imigrante Árabe. Mascates. Ocupação do espaço.

ABSTRACT

This dissertation is the result of the development of research carried out in the municipality of Corumbá/MS, and its main objective was to analyze the prospects for land use in the city of Corumbá/MS, through the perspective of the Palestinian population, in the region. Border between Brazil and Bolivia, in order to understand the significant movements of each family that is established in the central area of the city's of Corumbá/MS. This is analytical, applied and descriptive research, with a qualitative approach, with Palestinian immigrants, delimiting the field of observation to those families that currently live in the border city of Corumbá/MS and that have commerce here on Delamare Streets, September 7 and November 15, at least 10 years ago. A historical bibliographic survey was also carried out at the Commercial Association of Corumbá, the Commercial Council of Corumbá, the Federal Police, at the Municipal Library, at UFMS and SESC Corumbá, as well as at the studies already carried out by the professors and students of the UFMS graduate program (including Masters and Doctorate) and other states on the topic. The field activity was carried out in one step, through structured interviews with the target audience, from a pre-established script, by representative sample, with 08 open questions and sought information on the advantages and disadvantages of commercialization in this border region, in order to identify the factors by which new and old immigrants decided to take up residence in this border city and start their lives; compared the experiences described among those studied, identifying the sociodemographic and the commercial aspects of the city. The results point to the formation of a cooperation network, which was established between relatives and friends from the same region of Palestine and who were already in the territory. As a matter of survival, they began to practice family commerce and due to the territorial location of the region and the cultural diversity that was established in the city, they strengthened their relations with the population and became an important and traditional indication for the commercial development of Corumbá, with its stores of diversified products and kindness of those who were born to be traders.

Keywords: Economic Development. Border. Arab Immigrant. Muscat. Space Occupation.

RESUMEN

Esta disertación es el resultado del desarrollo de una investigación realizada en el municipio de Corumbá/MS, y su principal objetivo fue analizar las perspectivas de uso del territorio de la ciudad, desde el punto de vista de la población palestina, en la región. frontera entre Brasil y Bolivia, con el fin de comprender los movimientos significativos de cada familia que se establece en la zona central de la ciudad. Se trata de una investigación analítica, aplicada y descriptiva, con enfoque cualitativo, con inmigrantes palestinos, delimitando el campo de observación a aquellas familias que actualmente viven en la ciudad fronteriza de Corumbá/MS y que tienen comercio aquí en las calles Delamare, el 7 de septiembre y 15 de noviembre, hace al menos 10 años. También se realizó un relevamiento bibliográfico histórico en la Asociación Comercial de Corumbá, el Consejo Comercial de Corumbá, la Policía Federal, en la Biblioteca Municipal, en la UFMS y SESC Corumbá, así como en los estudios ya realizados por los profesores y alumnos del programa de posgrado de la UFMS (incluyendo Maestría y Doctorado) y otros estados sobre el tema. La actividad de campo se realizó en un solo paso, a través de entrevistas estructuradas con el público objetivo, a partir de un guión preestablecido, por muestra representativa, con 08 preguntas abiertas y se buscó información sobre las ventajas y desventajas de la comercialización en esta región fronteriza, con el fin de identificar los factores por los cuales nuevos y viejos inmigrantes decidieron establecerse en esta ciudad fronteriza y comenzar su vida; comparó las experiencias descritas entre los estudiados, identificando los aspectos sociodemográficos y comerciales de la ciudad. Los resultados apuntan a la formación de una red de cooperación, que se estableció entre familiares y amigos de la misma región de Palestina y que ya se encontraban en el territorio. Como cuestión de supervivencia, comenzaron a practicar el comercio familiar y debido a la ubicación territorial de la región y la diversidad cultural que se estableció en la ciudad, fortalecieron sus relaciones con la población y se convirtieron en un indicador importante y tradicional para el desarrollo comercial de la ciudad. Corumbá, con sus tiendas de productos diversificados y la amabilidad de los que nacieron para ser comerciantes.

Palabras clave: Desarrollo Económico. Frontera. Inmigrantes Árabes. Muscat. Ocupación Espacial.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Conurbação fronteiriça Brasil-Bolívia.....	10
---	----

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
CAPÍTULO I	
1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE CORUMBÁ (1770 – 1985)	15
1.1 Corumbá e sua posição geopolítica de fronteira como ponto habitacional e militar	16
1.2 O Tratado de Aliança e Comércio e a abertura do porto de Corumbá-MS	18
1.3 A instalação das casas comerciais e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	20
CAPÍTULO II	
2 A CIDADE DE CORUMBÁ NA PERSPECTIVA DE SUA CONDIÇÃO DE FRONTEIRA	28
2.1 A região de fronteira - O espaço fronteiriço	28
2.2 O imigrante na fronteira	31
2.3 O imigrante palestino em Corumbá	35
CAPÍTULO III	
3. PERCURSO DA PESQUISA	39
3.1 Resultados e discussão	39
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57

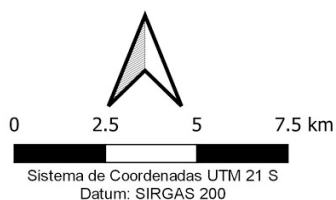
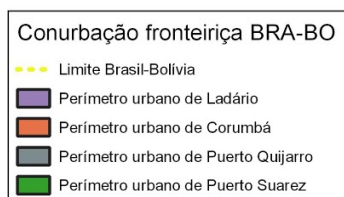
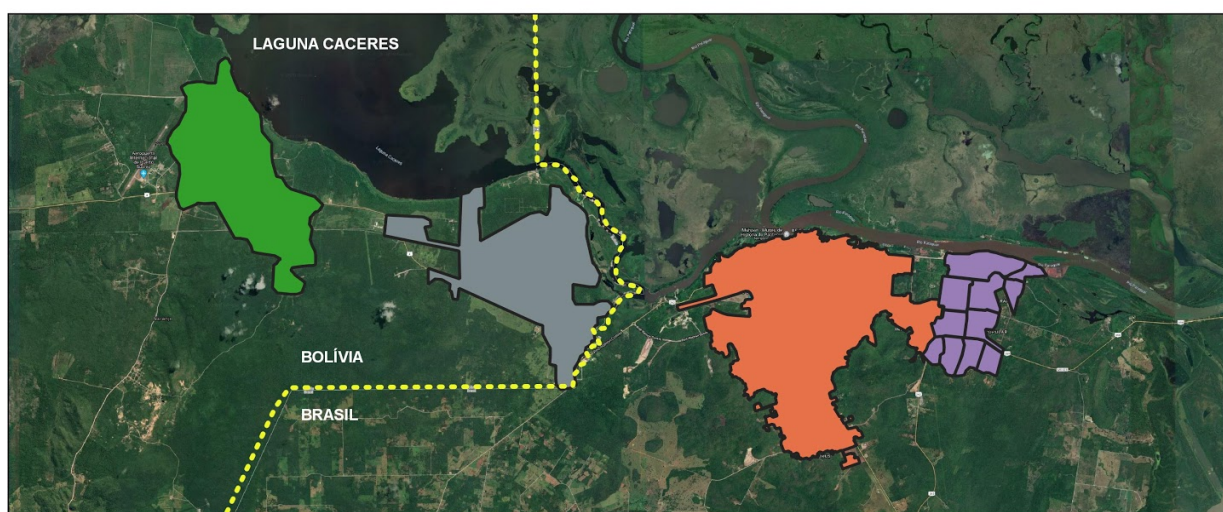
APRESENTAÇÃO

Esta dissertação é fruto da vivência da pesquisadora junto ao comércio local da cidade fronteiriça de Corumbá/MS. A pesquisadora residiu em Corumbá de Junho/2015 à Março/2020, e observou características próprias, mas também comuns, das cidades fronteiriças da América do Sul, em especial quanto ao setor comercial do município.

A cidade de Corumbá está localizada na borda oeste de Mato Grosso do Sul e à beira do Rio Paraguai, que faz parte da Bacia do Prata. Faz fronteira seca com a Bolívia e também com o Paraguai. Por conta da situação geográfica e fluvial, a região foi – a partir do século XVIII com a criação da então Capitania de Mato Grosso –, um dos principais “eixos” econômico de integração da América Latina, tornando-se importante cidade na ocupação do território nacional e no polo dinâmico econômico regional e federal (FREITAS, 2017). Essa situação geográfica aqui descrita é observada no mapa 1 “Conurbação fronteiriça Brasil-Bolívia”:

Mapa 1 - Conurbação fronteiriça Brasil-Bolívia

Conurbação fronteiriça Brasil - Bolívia



Elaboração: Profa. Dra. Elisa Pinheiro de Freitas (PPGEF-UFMS)

Fonte: Profa. Dra. Elisa Pinheiro de Freitas

A posição fronteiriça do município de Corumbá, a pluralidade de seu povo e a presença dos imigrantes palestinos como proprietários dos locais de maior movimento comercial no centro da cidade – principalmente nas ruas próximas à região portuária, destacadamente, as Rua Delamare, 7 de setembro e 15 de novembro – motivaram a investigação do tema e o questionamento sobre a escolha dos novos e antigos imigrantes por essa cidade fronteiriça para fixação de residência e construção de vida.

Diante do exposto, nesta dissertação discorrerá sobre o processo histórico de ocupação e econômico do extremo oeste de Mato Grosso do Sul, em especial a cidade de Corumbá/MS e sua região fronteiriça, e como o comércio local deu-se com a vinda dos imigrantes palestino para esta localidade.

O objetivo central desta pesquisa foi: analisar o uso do território a partir da população palestina que ocorreu em maior número na década de 1950 e do desenvolvimento do setor comercial da cidade de Corumbá/MS através das perspectivas dos imigrantes na região fronteiriça estabelecidas entre o Brasil e a Bolívia, de modo a compreender os movimentos significativos de cada família que está estabelecida na cidade de Corumbá/MS. Os objetivos específicos são: identificar os fatores pelos quais os novos e antigos imigrantes decidiram fixar residência nesta cidade de fronteira e iniciar suas vidas; comparar as vivências descritas entre os entrevistados, caracterizar os aspectos sociodemográficos, e apontar eventual rede de cooperação estabelecida entre eles, bem como o comércio da cidade na perspectiva dos imigrantes palestinos.

Para tanto, busquei estudar a trajetória desse imigrante até a chegada nessa fronteira, sua inserção no comércio local, a forma como desenvolveram e desenvolvem suas atividades comerciais, bem como as vantagens de comercializar na região de Corumbá.

Tratou-se de uma pesquisa analítica, aplicada e descritiva, de abordagem qualitativa, com os imigrantes palestinos, delimitando o estudo àquelas famílias que atualmente vivem na fronteira, especificamente na cidade de Corumbá-MS, uma vez que está voltada para o estudo do crescimento do setor comercial da cidade na perspectiva desses imigrantes.

A pesquisa envolveu os comerciantes palestinos que possuem lojas na região central da cidade (Rua Delamare, Sete de setembro, e XV de Novembro), e que se

fixaram neste município a pelo menos 10 anos a partir dos anos 50. A delimitação espacial e temporal se justificou por uma forte presença desses imigrantes árabes-palestinos no período e na localização delineada, sendo este um importante ponto a ser estudado no processo global histórico do desenvolvimento local do setor comerciário dessa fronteira.

Em relação aos procedimentos de coleta de dados, realizei a abordagem em data e local escolhidos pelo entrevistado, com o mínimo de barulho. Por ser notável um receio inicial dos entrevistados à nossa aproximação – por conta de questões históricas e religiosas de conflitos que se exacerbaram com a criação do Estado de Israel –, a pesquisa foi delineada de forma a oferecer risco mínimo de constrangimento frente às questões abordadas. Também foi informado acerca da liberdade do entrevistado em não responder ou desistir da participação a qualquer momento, o que não ocorreu. Por esse motivo, os dados da pesquisa são sigilosos e a identidade dos entrevistados foi preservada, não havendo nenhuma identificação, apenas fictícia, que será processada ao longo da dissertação.

A entrevista ocorreu em um único encontro, com duração máxima de duas horas, tendo sido aplicado um roteiro de entrevistas semiestruturada, composto de 08 (oito) questões abertas e guiadas, com respostas áudio-gravadas. As entrevistas foram conduzidas pela pesquisadora, contudo, o entrevistado teve liberdade para se expressar, o que trouxe mais riqueza nas referências desta pesquisa.

Quatro tópicos foram abordados nas entrevistas com o público alvo da pesquisa: trajetória em direção a essa fronteira; estratégias de inserção e sobrevivência (rede de cooperação), o desenvolvimento das atividades comerciais (mascates fluviais e proprietários de estabelecimentos comerciais) e as vantagens e desvantagens de comercializar nesta região de fronteira. Foram realizadas 6 entrevistas no período de 01 de Novembro de 2019 até 18 de Janeiro de 2020. Os sujeitos foram selecionados pela região do ponto comercial, delimitando o estudo àquelas famílias que atualmente vivem na fronteira, especificamente na cidade de Corumbá-MS há pelo menos 10 anos.

A abordagem e a escolha dos entrevistados ocorreram pela amostragem não probabilística do tipo “bola de neve” (snowball). Tal técnica, conforme aponta Vinuto (2014), consiste em partir de informantes-chaves, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil que se enquadre na pesquisa, dentro da população geral para auxiliar o

pesquisador a iniciar seus contatos e se aproximar do grupo a ser pesquisado. Em seguida, solicita-se que as pessoas indicadas recomendem novos contatos e assim sucessivamente, até que o quadro de amostragem se torne saturado.

A análise sobre as falas dos imigrantes foi balizado por Sayad (1998), uma vez que utilizei seu artigo intitulado “A imigração ou os paradoxos da Alteridade”, em especial o capítulo “O que é um imigrante?”. Como ferramenta, Sayad sustentou:

Por não conseguir sempre pôr em conformidade o direito de fato, a imigração condena-se a engendrar uma situação que parece destiná-la a uma dupla contradição, não se sabe mais se se trata de um estado provisório que se gosta de prolongar indefinidamente ou, ao contrário, se é um estado mais duradouro, mas que se gosta de viver com um intenso sentimento de provisoriedade” (SAYAD, 1998, p. 3).

Portanto, através das falas dos entrevistados, investigou-se qual a relação que os imigrantes palestinos estabeleceram com a cidade de Corumbá, em especial o setor comercial da cidade, e como perceberam o espaço fronteiro no qual estão instalados.

A fundamentação teórica deste estudo foi pautado em um levantamento bibliográfico histórico na biblioteca municipal de Corumbá-MS, na Associação Comercial de Corumbá, no Fórum de Corumbá e no Serviço Social do Comércio de Corumbá-MS (SESC). Foi realizado também uma pesquisa exploratória com resenhas de literatura sobre o tema encontradas na biblioteca da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul Campus do Pantanal (UFMS-CPAN) e nas dissertações do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGE), área de concentração ocupação e identidade fronteiriça, do *Campus* Pantanal da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Devo ressaltar que não foi possível acrescentar aos dados dessa pesquisa, informações da Polícia Federal, uma vez que os palestinos que vivem aqui já possuem passaporte brasileiro, sendo naturalizados, e os dados que se encontram nos arquivos da instituição são atuais, de aproximadamente 1990. Também não foram acrescentados os dados da Junta Comercial de Corumbá, pois os arquivos estão na cidade de Campo Grande e só são fornecidos mediante nome social ou CNPJ do estabelecimento, não havendo como realizar a pesquisa por localidade (por endereço ou nome de rua, por exemplo).

Tanto no tocante à revisão bibliográfica, quanto nos demais procedimentos metodológicos, fui conduzida por diversos autores como Sayad, Bourdieu e Foucher, bem como aqueles que nos propiciaram atualização do tema, como De Hass (*Migration and Development: A theoretical Perspective*, de Oxford), Oswaldo Truzzi (*Redes em processos imigratórios*), Marinucci (Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios), Téllez e Piñeiro (Colégio de la Frontera Norte), Oliveira, Mariani (Laboratório de Estudos Fronteiriços) foram basilares para execução desta pesquisa.

Os instrumentos acima referenciados foram essenciais e contribuíram para fundamentar as questões humanistas dos imigrantes e o processo de uso do território estudado.

Esta dissertação está organizada em 03 (três) capítulos mais a conclusão. O primeiro capítulo estabelece a contextualização histórica de Corumbá/MS, apresentando a ocupação e desenvolvimento econômico desta cidade. Foi abarcado desde a criação da capitania de Mato Grosso à internacionalização das águas da Bacia Platina, bem como o atual contexto da cidade.

No segundo capítulo volta-se a uma abordagem sobre a cidade de Corumbá/MS, na perspectiva de sua condição de fronteira, com ênfase ao conceito de fronteira e aos movimentos populacionais desses imigrantes, contextualizando o uso do território, a partir do desenvolvimento comercial (de caráter familiar) da cidade de Corumbá/MS.

O terceiro e último capítulo traz apresentação do lócus da pesquisa e dos movimentos migratórios do povo árabe na fronteira em estudo, bem como os resultados deste estudo de modo a compreender a análise das entrevistas e demais resultados inerentes aos objetivos propostos nesta dissertação de mestrado.

Por fim, as considerações finais terão como propósito uma reflexão crítica acerca do tema, levando em conta os resultados que foram encontrados e alcançados na pesquisa.

CAPÍTULO I

1 FORMAÇÃO HISTÓRICA DE OCUPAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA CIDADE DE CORUMBÁ (1770-1985)

O nosso cenário exploratório é a fronteira Brasil – Bolívia e um de seus municípios localizados no extremo oeste de Mato Grosso do Sul: Corumbá. A cidade de Corumbá aparece conurbada com Ladário (lado brasileiro) e com as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, ambas pertencentes à Província de Germán Busch (da qual Puerto Suarez é a capital), estabelecendo uma rede urbana de aproximadamente 150 mil pessoas, servidas pelos aeroportos de Corumbá e Puerto Suarez.

O município de Corumbá foi criado pela Lei Provincial nº 525, de 15 de novembro de 1878. Pertencente à Mesorregião dos Pantanaís Sul-Mato-Grossenses e à Microrregião do Baixo Pantanal, distando cerca de 420 km da capital Campo Grande, ao qual está ligado pela rodoviária BR-262. Com uma área de 64.721,729 Km², é constituído pelos distritos de Corumbá, Albuquerque, Amolar, Nhecolândia, Paiaguás e Porto Esperança; pelas comunidades quilombolas de Ribeirinha Família Osório, Maria Theodora Gonçalves de Paula e Família Campo Correia e pelos assentamentos federais de Mato Grande, Paiolzinho, São Gabriel, Tamarineiro, Tamarineiro II, Taquaral e Urucum. Localizado na borda Oeste de Mato Grosso do Sul, estabelece linha de fronteira com o Paraguai e a Bolívia (CENSO IBGE, 2017).

Sua população é formada por três grandes grupos étnicos: os índios, os brancos e os negros; cada um desses grupos com sua própria cultura. Recebeu também imigrantes de outros estados brasileiros como os mineiros, paulistas, gaúchos, nordestinos, cariocas, paranaenses, e outros.

Mas a fusão não terminou aí. Corumbá recebeu pessoas de outros lugares, dentre elas os portugueses, paraguaios, bolivianos, espanhóis, libaneses, sírios, turcos, palestinos, italianos, haitianos, entre outros.

Dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) referentes ao ano de 2019 informam que, com uma população estimada em 111.435 habitantes, Corumbá é o terceiro município mais populoso de Mato Grosso do Sul – sendo Campo Grande e Dourados à frente-, e o quinto município fronteiro mais populoso do

país, - ficando atrás apenas de Porto Velho/RO, Foz do Iguaçu/PR, Uruguaiana/RS e Bagé/RS. (CENSO IBGE, 2019)

A cidade de Corumbá se organiza por meio de sua população plural, que dinamiza a economia local, devido às relações comerciais entre brasileiros, bolivianos e a população migratória, em especial os imigrantes palestinos, que são donos da maioria das lojas na região central da cidade. Ressalta-se que ainda hoje, Corumbá é um centro urbano de significância relativa no Pantanal Sul Mato-grossense, pois possui uma intensa atividade comercial (como entreposto de exportação e importação regional e de abastecimento para cidades bolivianas da fronteira e de compras) e industrial (com riquezas minerais, fauna e flora nativa), bem como prestação de serviços (educação, saúde e turismo, entre outros), inclusive para o lado boliviano.

Possuidora de quatro modais de transporte (férico, rodoviário, hidroviário e aéreo), vizinha de duas cidades bolivianas, Corumbá guarda em si a marca da complexidade inerente às cidades de região de fronteira: pela principal via de acesso aos centros brasileiros, a rodovia BR 262, além do intenso fluxo de pessoas e mercadorias, são rotineiramente apreendidas quantidades significativas de drogas (especialmente cocaína) e armas e munições (COSTA, 2013, p. 142).

Contudo a região demonstra ser diferenciada e complexa por possuir uma rica e importante história local, sendo impulsionada pelo legado de comércio forte e importante ponto territorial do processo de ocupação.

1.1 Corumbá e sua posição geopolítica de fronteira como ponto habitacional e militar

O ponto de partida para este estudo foi o desenvolvimento mercantil da região corumbaense, que ocorreu junto à história da formação da então Capitania de Mato Grosso, a partir do século XVIII, em especial quando da construção de Forte Coimbra no ano de 1775.

Destaca Corrêa (1997) o processo de ocupação remota do século XVIII quando a coroa portuguesa se atentou à necessidade do controle sobre o Rio da Prata para garantir

a ocupação da região e aumentar as possibilidades de explorar o comércio, desfrutando das vias naturais de comunicação.

A livre navegação dessa via fluvial permitiria a conexão do Brasil com o eixo dinâmico de fluxo de mercadoria e de gente pela navegação no Rio da Prata, que era um grande corredor para a circulação de homens e mercadorias em direção ao Oceano Atlântico. E por isso despertou o interesse da coroa portuguesa (CORRÊA, 1997, p. 12)

Ainda de acordo com Corrêa (1997), na segunda metade do século XVIII, a coroa lusitana mostrou seu interesse na expansão territorial de seus domínios e, com a intenção de implantar núcleos militares estratégicos, ordenou ao Governador Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres (1772), a construção de redutos militares, que pontilharam a região com o objetivo de policiar o rio Paraguai e consolidar a posse lusitana na região.

A medida que as fortificações e povoados como Forte Coimbra, Príncipe da Beira, Albuquerque e Corumbá, foram erigidos às margens do Rio Paraguai, a articulação do controle da navegação fluvial e a defesa das fronteiras internacionais, foram se consolidando.

A estratégia geopolítica é evidente, uma vez que os dois fortes (Coimbra e Príncipe da Beira) deveriam proteger as entradas sul e norte da região. A ação portuguesa acabou por estabelecer o domínio total sobre essa região, seja pela ocupação militar direta, com os fortes, seja pelo povoamento, procurando fechá-la aos espanhóis. (ESSELIN, 2009, p. 151).

Assim, foi no governo de Luís de Albuquerque que ocorreu a consolidação do poder luso nesse território. Além de ocupar a terra e conter os inimigos esses novos núcleos propiciaram o avanço da colonização, pois os fazendeiros, que até então assentavam suas propriedades apenas nas proximidades de Cuiabá, passaram a se estabelecer nas terras adjacentes às fortalezas, dedicando-se então à agricultura, pecuária e exploração dos recursos locais (ESSELIN, 2000).

Ressalta-se que, até o fim do século XVIII e início do século XIX, somente algumas fazendas nacionais foram estabelecidas em Mato Grosso. Segundo Esselin (2011), em que pese a região representar um ponto estratégico na ocupação do espaço na zona

fronteiriça, a coroa portuguesa nunca apresentou um projeto de ocupação que incorporasse o trabalho produtivo e abertura de propriedades com produção regular e contatos comerciais com o mundo exterior. As relações econômicas giravam em torno dos produtos de necessidade da população e a produção dos dos sitiantes que ali tinham se fixado

Os naturais produziam tecidos para atender aos brasileiros e os abasteciam de produtos que não eram capazes de produzir; enquanto que os sitiantes comercializavam o gado equino e bovino e que era quase impossível a comercialização entre São Paulo e o Sul da capitania de Mato Grosso por conta das dificuldades de ultrapassar as barreiras naturais. Na verdade, naquela época, ali não havia problemas de segurança como os que afligiam no Guaporé, onde se concentrava toda a ação dos inimigos. O papel principal a ser desempenhado por essa nova unidade colonial, no centro do território brasileiro, era não só o de construir-se em “antemural” e barrar o avanço espanhol, mas também o de ocupar os possíveis espaços vazios que não tinham despertado interesse do inimigo. (ESSELIN, 2000, p. 135).

Dessa forma, Mato Grosso se inseriu na economia regional através das relações comerciais que se davam por meio da navegação pela Bacia Platina, que dá ligação ao oceano Atlântico. A inserção internacional se deu após um acordo entre República do Paraguai e Império, em 1856. Com a internacionalização das águas do rio Paraguai, várias mercadorias nacionais e estrangeiras começaram a chegar a Mato Grosso. Nesse processo, a cidade de Corumbá se destacou comercialmente em relação ao restante da província/estado, já que a navegação internacional pelo rio Paraguai ali se encerrava (FREITAS, 2017).

1.2 O Tratado de aliança, comércio e navegação e a abertura do porto de Corumbá-MS

Como já referenciado, consolidada a posse das margens do rio Paraguai, os portugueses passaram a ter o controle da parte superior da bacia desse rio. Segundo Oliveira (2005) este acontecimento foi, para a história de Mato Grosso, um divisor de águas. Mas faltava a internacionalização do Rio Paraguai até Corumbá/MS. Através da

livre navegação fluvial na parte sul da Província, a fixação de limite entre os países Brasil e Paraguai e a dinamização comercial estaria assegurada pela ligação aos portos do Cone-Sul: Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina) e Montevideu (Uruguai).

Resolver esse problema, no entanto, não dependia apenas das autoridades nacionais, mas também de situações complexas diplomáticas do Brasil com a República do Paraguai. Conforme Maria do Carmo Brazil (2014)

[...] de 1830 à 1843, o Império brasileiro e a República paraguaia ainda mantinham importantes pendências lindeiras, com acertos diplomáticos que pareciam insolúveis. Só em 1844, as negociações foram retomadas através do tratado de Aliança, Comércio e limites, firmado entre o Império e Carlos Lopez, do Paraguai, mas em meio aos velhos impasses: O Império insistia no princípio do *utis possidetis* e o Paraguai partia das orientações do tratado de Santo Ildefonso. (BRAZIL, 2014, p. 160).

Corrêa (1995) afirma que esse panorama das ligações comerciais mato-grossenses começou a ser profundamente alterado em fins da década de 1850, quando o Império brasileiro consegue, junto à República do Paraguai, a liberação da navegação pelo rio desse nome, o que permitiu a ligação de Mato Grosso com o Oceano Atlântico passando pela via do estuário do Prata.

Em 11 de Abril de 1853, por Decreto Imperial, o porto de Corumbá ficou habilitado ao comércio. Esse fato representou o primeiro passo para o desenvolvimento efetivo da economia da cidade de Corumbá e o seu crescimento urbano. Sua posição estratégica no Rio Paraguai, elevou-a a porto importante. Em 06 de Abril de 1856, foi assinado o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, permitindo a livre passagem de embarcações em toda a extensão dos rios Paraná e Paraguai até a foz do Rio da Prata (SALSA, 2014).

Ressalta a Lúcia Salsa que:

O estabelecimento de um tratado abriria a possibilidade concreta de sucesso da política externa do império nessa banda platina e, com o livre trânsito dos Rios Paraná e Paraguai, resolveu, em caráter provisório apenas a abertura da navegação do Rio Paraguai acima de Assunção, postergando, todavia, a questão dos limites territoriais sobre os quais não se obteve acordo definitivo. (SALSA, 2014, p. 158).

Isso explica porque a reivindicação em favor da livre navegação e da internacionalização das águas até Corumbá foi a pedra de toque das relações exteriores do Império nesses meados de século. A abertura da navegação pelo rio Paraguai proporcionou ao mercado mato-grossense a integração com a economia mundial.

A principal beneficiária desse tratado foi a cidade de Corumbá/MS, que teve possibilitada a abertura de seu porto a navios nacionais e estrangeiros. Assim, após a abertura à navegação de barcos brasileiros e estrangeiros através do Rio Paraguai até Corumbá, a cidade passou a monopolizar o fluxo mercantil de toda a Província, com o seu núcleo urbano, mantendo contatos direto com as principais cidades da bacia do Prata (FREITAS, 2017).

O efeito mais contundente da utilização regular do rio Paraguai e da rede fluvial platina, foi, além de assegurar um longo percurso, era baratear os fretes para todo Mato Grosso, estreitando o contato com as praças comerciais dinâmicas e pontos chaves de distribuição de mercadorias de diversas procedências, inclusive da corte brasileira, além do resto do mundo capitalista (SALSA, 2014).

1.3 A instalação das Casas Comerciais e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai

Em 01 de Maio de 1861 instalou-se a alfândega em Corumbá no dia , mas já era mencionada no Regulamento Aduaneiro de 1860 ante a internacionalização da Bacia do Prata, a partir de 1856. Objetivando desenvolver o comércio na vila de Corumbá e conseqüentemente em toda a província, no ano de 1863, o porto alfandegado recebeu isenção de impostos sobre produtos importados e exportados para a Província de Mato Grosso. “Cada vez mais pessoas foram atraídas pelas excelentes possibilidades de oferecidas pela cidade. Nesse contexto, estabeleceram-se em Corumbá várias casas comerciais, incentivadas principalmente, pela isenção de impostos sobre os produtos importados” (GARCIA, 2001).

Como bem salienta Esselin (2011), até princípio do século XX, os meios de transporte que ligavam Mato Grosso ao restante do país continuavam limitados à navegação.

O comércio interno desenvolveu-se de forma rápida e natural, com base na agricultura criadora de gado e alimentos para subsistência. Vestuário, calçado, habitação, combustível, alimentação, tudo, enfim, que era necessário para sua sobrevivência se obtinha dentro dos estreitos limites da propriedade. Os contatos com os mercados externos eram esporádicos, apenas para complementar o que não se podia obter internamente, enquanto que os contatos internos entre as unidades que estavam localizadas na banda meridional se davam pela navegação do Rio Paraguai (ESSELIN, 2011, p. 168).

A vida econômica na Província da então Mato Grosso passou a se desenvolver a partir da cidade de Corumbá. A prosperidade da cidade de Corumbá traduzia o crescente movimento do comércio de importação e exportação do porto corumbaense. As mercadorias produzidas na região eram embarcadas com destino às capitais platinas e por ali chegavam os gêneros a serem consumidos em toda a Província de Mato Grosso.

Claudemira Ito menciona que:

A liberação da navegação pelo rio Paraguai possibilitou à Corumbá um desenvolvimento comercial pautado, principalmente, na importação e exportação. Os primeiros comerciantes que aqui se estabeleceram começaram a chegar na região no início da segunda metade do século XIX. O movimento de navios nacionais e estrangeiros, interligando com a regularidade a região de Corumbá à grandes centros urbano platino e brasileiros, propiciou um crescimento acelerado da cidade. Muitos comerciantes e aventureiros vinham conhecer e medir as potencialidades do mercado e acabavam por instalar seus negócios no porto de Corumbá/MS. Muitos viajantes descreviam com entusiasmo, o movimento da cidade que, por vezes, foi considerado maior que o da capital Cuiabá. O dinamismo de Corumbá podia ser medido pelo burburinho das pessoas e pela movimentação das mercadorias no porto que passou a ser o principal entreposto comercial da Província. Nessa época, em decorrência do desenvolvimento de Corumbá, deu-se impulso à ocupação do Pantanal com o estabelecimento de fazendas de gado (ITO, 2000, p. 67-68).

Vivia-se, então, uma conjuntura de otimismo por conta das medidas especiais incrementadas pelo governo imperial, preocupado com a defesa de suas fronteiras internacionais, em especial com o Paraguai (ESSELIN, 2011).

A navegação pelo rio Paraguai foi interrompida de 1864 a 1867 pela guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, quando houve a invasão pelos paraguaios à cidade de Corumbá, que depois foi retomada em 13 de junho de 1867. Durante quase cinco anos

desapareceu a livre navegação do Rio Paraguai, sobretudo no trecho brasileiro, já que as cidades ribeirinhas permaneceram sob o domínio do invasor (DORATIOTO, 2001).

Corumbá, na época, passava pelo seu período mais próspero. E por isso a guerra constituiu um divisor de águas dessa fronteira, promovendo mudanças significativas em seu processo histórico, sobretudo no setor econômico, que passou a receber influência direta e decisiva da região do Prata. O fim da guerra, a derrota da República do Paraguai e a sua destruição favoreceu o Império brasileiro na demarcação das fronteiras como melhor lhe convinha (CORRÊA, 1995).

Após a guerra, o governo imperial brasileiro tratou de obter em caráter definitivo a internacionalização das águas navegáveis do Rio Paraguai, consolidando a formação dos estados nacionais na região do Prata. Segundo Maria do Carmo Brazil “a partir daí, o rio ficou franqueado para a navegação fluvial e podia ligar Mato Grosso ao resto do mundo através do estuário platino, graças à fixação dos limites territoriais conquistados depois da Guerra do Paraguai” (BRAZIL, 2014).

Esselin (2011) aponta-nos com suas pesquisas sobre a Guerra do Paraguai que, com o término, houve o restabelecimento da navegação pela rede hidroviária da bacia do Prata (Rio Paraguai e Paraná) e apesar de devastada pela guerra, Corumbá foi se reorganizando aos poucos, pois era o melhor ponto para distribuição de gêneros para toda a província. Corumbá passou a ter a condição de principal entreposto comercial da Província e ser a porta de acesso às mercadorias europeias da América do Sul e Europa.

Ao mesmo tempo, passou a receber um expressivo contingente populacional, atraídos pelo mito difundido pelo Estado Brasileiro, de que a região possuía “espaços vazios”, justificando e legitimando as ações voltadas para a ocupação dos espaços de fronteira com base na racionalidade econômica capitalista (ESSELIN, 2011, p. 142).

A reconstrução de Corumbá contou com alguns incentivos governamentais, dentre eles: a isenção de tributação a tudo que venha a ser exportado ou importado através do seu porto e liberação do porto para entrada de embarcações de todas as origens (Decreto n.º 4388 de 15 de julho de 1869). Tudo isso para apoiar as transações de importação e exportação na região:

DECRETO Nº 4.388, DE 15 DE JULHO DE 1869

Concede, por espaço de dous annos, isenção dos direitos de consumo às mercadorias que forem importadas na Província de Mato Grosso, e os de exportação aos gêneros de produção nacional. Usando da atribuição conferida pelo art. 8º da Lei n. 1352 de 19 de Setembro de 1866, Hei por bem Conceder, por espaço de dous annos, completa isenção dos direitos de consumo às mercadorias que forem importadas na província de Mato Grosso e os de exportação aos gêneros de produção nacional. O Visconde de Itaborahy, Conselheiro de Estado, Senador do Império, Presidente do Conselho de Ministros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda e Presidente do Tribunal do Thesouro Nacional, assim o tenha entendido e faça executar. Palácio do Rio de Janeiro, em quinze de Julho de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independência e do Império. Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador. Visconde de Itaborahy.

Nesse contexto, estabeleceram-se em Corumbá novas várias casas comerciais, incentivadas principalmente, pela isenção de impostos sobre os produtos importados. Assim, com a regulamentação e o restabelecimento da navegação para o Mato Grosso, Corumbá retomou o seu crescimento voltando aos poucos a ser, como nos tempos anteriores à Guerra do Paraguai, o porto de maior movimento comercial da Província.

Foi o comércio que soergueu toda a grande província, passando Corumbá a ser um pólo distribuidor com o desenrolar dos annos, correspondendo plenamente aos anseios do governo: geram empregos, circulam mercadorias – por trocas ou venda – e os estrangeiros, sabedores do potencial econômico da vila, porque já haviam tido uma mostra antes da guerra, regressavam com algum dinheiro que tinha em mãos. Outros chegavam da Europa e do Prata.

Na virada do século XIX para o século XX, Corumbá já representava importante entreposto comercial de Mato Grosso, onde se instalaram as instituições financeiras, os armazéns, as casas comerciais, a mesa de renda e a balança de exportação, reexportação e importação desenvolvida pela alfândega. O porto transformou-se no signo do poder econômico, assumindo o papel de receptáculo das riquezas e de abrigo à majestosas frotas. Uma quantidade enorme de navios da Província do Prata ancorava no porto de Corumbá, assinalando um forte impulso econômico para Mato Grosso. (BRAZIL, 2014, p. 221).

Valmir Batista Corrêa (1980) ressalta que:

Também houve o estabelecimento de uma divisão do Exército em operações na zona meridional fronteiriça de Mato Grosso, acompanhada por um grupo de mercadores encarregados de abastecer a tropa que atraíram, posteriormente, um maior número de pessoas e comerciantes e um Arsenal da Marinha em Ladário, localidade próxima a Corumbá . Esses dois estabelecimentos militares, somados à livre navegação pela Bacia platina, foram de suma importância para que a situação do comércio corumbaense começasse a prosperar. (CORRÊA, 1980, p. 58).

No Pós-Guerra, Corumbá observou, de forma mais acentuada que no período anterior, à instalação e funcionamento de instituições públicas com o intuito de administrar as atividades portuárias. Os produtos exportados eram, em sua maioria, subprodutos da pecuária regional. Mas, além deles, saíam pelo porto de Corumbá produtos de outras regiões mato-grossense. No início do século XX, houve o incremento da atividade pecuária como a criação de gado e a instalação de charqueada, em grandes propriedades.

A disponibilidade de grandes áreas de pastagens naturais possibilitou a criação de gado. Posteriormente desenvolveu-se a indústria para beneficiamento de carne e de outros subprodutos da pecuária, dando origem às charqueadas que alcançaram singular importância no rol de exportações realizadas por Corumbá. Entretanto, esse esforço na produção não foi suficiente para que as exportações superassem as importações. A balança de comércio apontava que as importações eram muito superiores ao volume das suas exportações. Ficando dessa forma, evidente a dependência que toda a região mantinha em relação aos mercados estrangeiros. A isenção de impostos sobre as mercadorias importadas no porto de Corumbá barateava os produtos que, ainda, eram de melhor qualidade que os da região. (ESSELIN, 2011, p. 140-141).

O espaço urbano também foi modificado pelo franqueamento da navegação do rio Paraguai. O comércio varejista estabeleceu-se na parte alta, sobretudo na rua Delamare, com lojas de tecidos, confecções, enxovais, calçados, papelarias, livrarias, relojarias, além de alguns serviços como representação comercial e alfaiatarias. Alí estavam as residências da elite da cidade. A parte baixa composta pela rua do comércio, às margens do Rio Paraguai e as ladeiras, Central e da Alfândegas, abrigava comércio de exportação e importação, as casas de atacado e algumas de varejo, além de vários estabelecimentos bancários, a Alfândega e a Mesa de Rendas (ITO, 2000).

Maria de Fátima Costa (1999) evidencia que neste período também se caracterizou pelo controle da atividade mercantil por parte de estrangeiros e por brasileiros ligados às casas comerciais no exterior, como os Vasquez e Cavassa. Os comerciantes formaram uma elite local e estadual. As evidências empíricas, contudo, demonstram que haviam comerciantes de origem estrangeira que se encontravam radicados em Mato Grosso; comerciantes estrangeiros recém-chegados, isto é, vindos entre fins do século XIX e inícios do XX; comerciantes brasileiros não-mato-grossenses igualmente radicados e bem estabelecidos na província/estado; e também, por certo, comerciantes naturais da própria província.

Destaca Claudemira Ito (2000) que até a chegada da ferrovia na cidade de Corumbá, em 1952, não houve mudança substancial nas atividades comerciais da cidade de Corumbá. Mas a chegada da Estrada de Ferro Noroeste Brasil - NOB foi um fato marcante que viria a constituir a modernidade em Corumbá que a capital Cuiabá não possuía, tendo sido considerada uma das grandes responsáveis pelo povoamento e desenvolvimento da cidade e da região.

Angela Maria Marques (2008) afirma que a inauguração da estrada de ferro permitiu que várias famílias de imigrantes, que viviam principalmente em São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais, chegassem a Corumbá e tomassem para si o comércio. Somado a isso, a condição de fronteira de Mato Grosso possibilitou a continuidade da vinda dos comerciantes nacionais e estrangeiros. A ferrovia, portanto, constituiu-se num dos elementos propulsores do povoamento entre fronteiras até então praticamente subordinada à navegação platina.

Marco Aurelio Oliveira (2016) apontou em suas pesquisas que:

A cidade de Corumbá tornou-se destino dos palestinos em face ao seguinte motivo desde o porto de Santos/SP até o de Corumbá, o que determinou o fluxo foram as alternativas econômicas encontradas ao longo do seu percurso na Bacia Platina. Ou seja, nas diversas cidades entre Buenos Aires e Corumbá é notável a presença de sírios e libaneses decorrentes daquele fluxo migratório. (OLIVEIRA, 2016, p. 392).

A maioria dos imigrantes palestinos chegaram ao antigo Mato Grosso por Corumbá. O fluxo que se iniciava no porto de Santos/SP até Corumbá/MS foi uma das alternativas

econômicas encontradas ao longo de seu percurso na Bacia Platina. Alguns poucos palestinos foram para Campo Grande, sendo que a maioria era sírios e libaneses (BENEDETTI, 2011).

De acordo com Castelão (2014), apesar de haver registro da chegada dos primeiros palestinos em 1913, a maior parte dos que vivem até hoje em Corumbá migrou em aproximadamente 1950, ou seja, neste período de encantamento econômico advindo do comércio e da chegada da Estrada de Ferro Noroeste Brasil. Para eles, o comércio surgia como melhor opção para sobrevivência, tendo iniciado como mascates (são aqueles que percorriam as ruas oferecendo e vendendo produtos à domicílio) e, posteriormente, lojistas.

Com uma singular forma de comércio – o mascate fluvial – propiciava a navegação de pequenos barcos ajudando a quem viesse se fixar ao longo dos rios Miranda, Taquari, Paraguai e Aquidauana, tornou-se mais uma vez um importante centro comercial. Nele eram comercializados o produto da terra (gêneros alimentícios) e outras mercadorias como roupas (vestuário, cama, banho e cozinha) e calçados, utensílios domésticos, ferramentas, etc. (CORRÊA, 1995, p. 105).

Mais tarde, entre o período de 1940 a 1974, Corumbá também passou à exploração das atividades industrial (como calçados, sorvete e cervejaria), rural (como agropecuária) e mineral (exploração de calcário e outros minérios através das empresas Sobramil, Moinho Mato Grossense e Fiação Mato-grossense – todos cujos sócios eram sírios e libaneses). Essas atividades conferiram à cidade de Corumbá a existência de um dos maiores parques industriais do então Estado de Mato Grosso. No fim dos anos 1970, o turismo de pesca passou a ser explorado, sendo posteriormente ampliado para o comércio e de contemplação. Tal atividade exigiu, por um lado, nova infraestrutura e, por outro, viabilizou recursos para a revitalização do patrimônio arquitetônico, em particular da área portuária da cidade (ITO, 2000).

Devemos ressaltar que Corumbá nunca deixou de ser uma cidade de destaque, tanto no Estado como no país. O povoado criado com a finalidade de consolidar a expansão territorial e o controle da navegação da Bacia do Prata, tornou-se centro comercial e polo de importação e exportação de mercadorias (como entreposto de

exportação e importação, do comercial regional e de abastecimento para cidades bolivianas da fronteira e de compras). Sua população plural e sua localização espacial, ajudou a manter relações comerciais com países vizinhos e por isso houve o crescimento econômico em períodos diferentes de sua história.

CAPÍTULO II

2 A CIDADE DE CORUMBÁ NA PERSPECTIVA DE SUA CONDIÇÃO DE FRONTEIRA

Como já referenciado, por fazer parte da Bacia do Prata através do Rio Paraguai que banha a cidade e estar situada na fronteira com a Bolívia, Corumbá atrai, e atraiu em um passado um pouco mais distante, muitos imigrantes. Em termos gerais, a posição geográfica favoreceu o ato migratório numa dimensão continental que fora experimentado, dentre outros, pelos imigrantes palestinos, objeto de nosso estudo.

Desse acentuado processo imigratório decorreram notáveis vestígios observáveis no modo de viver e ocupar o espaço fronteiriço de Corumbá/MS, como por exemplo os casarios do porto, prédios comerciais e habitacionais do centro da cidade, calçadas, os clubes sociais de imigrantes, etc.

Analisaremos, em especial, neste tópico, algumas peculiaridades em relação aos imigrantes palestinos. Ao percorrer as ruas da cidade de Corumbá verifica-se uma notória presença de imigrantes árabes-palestinos na localidade. Não raras vezes, ao transitar pelas ruas de Corumbá é possível defrontar com homens, mulheres e crianças com traços fisionômicos característicos dos povos de língua árabe, usando vestimentas que lembram culturas bem diferenciadas da brasileira.

É neste cenário fronteiriço rico em construções sociais que Corumbá está inserido. Os elementos de globalização e intercâmbio, acabaram por corroborar para que houvesse esta grande migração. Assim, teceremos algumas considerações sobre o espaço fronteiriço, e posteriormente, ao imigrante palestino estabelecido em região de fronteira, que, no caso aqui investigado, está associado, em grande parte, com a mobilidade que a estrada de ferro Noroeste Brasil proporcionou a partir da década de 50.

2.1 A região de fronteira - O espaço Fronteiriço

O estudo do espaço fronteiriço é um desafio complexo com diversas particularidades a serem levadas em consideração, não só por questões históricas e políticas, mas também pelo uso e ocupação do território que vem sendo associado

frequentemente à uma identificação negativa, ficando praticamente abandonada pelo Estado e Governo Federal.

Por conta disso, a fronteira tem servido como ponto de discussão e reflexão. A iniciar pela fundamental distinção entre os termos fronteira e limite, já que a relevância do seu significado está intimamente ligada aos valores que alicerçam o Estado a se afirmar como soberano, e aos processos que foram utilizados para o seu estabelecimento.

Podemos partir do princípio de que falar de fronteira, quando estamos nos referindo à ela como fenômeno, significa falar de um paradoxo visto, ao mesmo tempo que fica subentendida a ideia de limite e de marco estabelecido geopoliticamente, surge a possibilidade de relacionar a designação à passagem, um lugar como espaço de contato, ligação impregnado a uma construção simbólica ligada ao pertencimento, vinculada à identidade e conseqüentemente à diferença (PESAVENTO, 2002).

Acerca do assunto, Marco Aurélio de Oliveira (2005) aponta em seus estudos sobre ocupação em faixa de fronteira tal questionamento:

Os inúmeros debates acerca do conceito sobre o que é fronteira ainda se mantêm em constante formação. A relevância do seu significado está intimamente ligada aos valores que alicerçam o Estado a afirmar-se como soberano e aos processos que foram utilizados para o seu estabelecimento. Logo, a faixa de fronteira é uma área especial que, em função de questões históricas e políticas, tem sido associada a uma agenda negativa, ficando praticamente abandonada pelo Estado. A isso deve ser acrescido ao fato de que a legislação brasileira que dispõe sobre o seu uso é de 1979 (Lei n. 6634 de 02 de Maio de 1979), que determina que a faixa de fronteira consiste em uma área de 150 km de largura paralela à linha divisória terrestre do território nacional, alterando o Decreto Lei n. 1135 de 03 de Dezembro de 1970. Ou seja, elaborada durante o regime de exceção, razão pela qual a área é vista e considerada apenas do ponto de vista da segurança nacional.(OLIVEIRA, 2005, p. 15)

Enriquecendo o debate sobre o conceito entre limite e fronteira, José Lindomar Albuquerque (2009) afirma que as fronteiras nacionais são fenômenos complexos, e não se resume a limites, divisas, tratados diplomáticos, nem podem ser simplificados como lugar de narcotráficos e do contrabando. As fronteiras políticas são criações humanas, delimitadas e demarcadas sucessivamente de acordo com os processos de ocupação militar, demográfica, econômica, política e cultural que ocorrem nos territórios limítrofes.

Concluiu afirmando que a fronteira está orientada 'para fora' (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados 'para dentro' (forças centrípetas). (ALBUQUERQUE, 2009).

Visto desta forma, o limite não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira.

Segundo Lia Osório Machado (1996) enquanto a fronteira pode ser um fator de integração, na medida que for uma zona de interpenetração mútua e de constante manipulação de estruturas sociais, políticas e culturais distintas, o limite é um fator de separação, pois separa unidades políticas soberanas e permanece como um obstáculo fixo, não importando a presença de certos fatores comuns, físico-geográficos ou culturais.

Por isso mesmo, a fronteira é objeto permanente da preocupação dos Estados no sentido de controle e vinculação. É conceito impregnado de mobilidade, de princípios. E por isso que as regiões fronteiriças são "locais mágicos", pautados pela complexidade de costumes, valores, crenças e ritos.

Neste estudo não pensaremos a fronteira somente como fronteira política, traçada cartograficamente para dois Estados nacionais, mas também como local de vivência e de integração dos indivíduos. Pensaremos em uma fronteira que agrega valores na vida cotidiana daqueles que a habitam. Vida cotidiana que se constitui na verdadeira essência da substância social (CASTRO, 2012).

Noutros termos, locais em que o encontro de culturas diferentes cria um espaço novo, onde não se encontra nem essa nem aquela cultura, identidade ou hábitos, havendo, isto sim, uma reescrita da cultura. A esse espaço novo cindido e ambíguo, Homi Bhabha chamou de entre-lugar ou terceiro espaço (BHABHA, 2013).

É justamente nessa perspectiva de entre-lugar que as relações fronteiriças acontecem aqui na cidade de Corumbá/MS entre a população nativa e os imigrantes palestinos (propósito de nosso estudo) que aqui chegaram e se fixaram. Elas devem ser entendidas como processuais, relacionais e híbridas, produzindo e sendo produzidas por territorialidades, por fluxos, por câmbios variados e próprios dos interesses de cada indivíduo ou grupo (COSTA, 2013).

Em Corumbá, os palestinos agregaram valores muito ricos à vida social e ao manejar da cidade. A mascateação - uma forma peculiar de comercialização que será aqui

apresentada-, acabou por introduzir inovações que hoje podem ser vista como traços típicos do comércio popular, como por exemplo, a alta rotatividade e variedade de mercadorias. Conforme acumulavam ganhos, iam trazendo seus familiares, contratando ajudantes, melhorando o seu comércio, sendo que o próximo passo era abrir uma casa comercial. Assim é a região central da cidade do município de Corumbá, com lojas familiares, abarrotadas de produtos, tendo como foco o consumidor fronteiriço.

Outro eixo de estruturação social da colônia palestina que vive na cidade de Corumbá é a religião. Por intermédio dela, mesquitas e clubes associativos foram criados como forma de aglutinação, convivência cultural e até de casamentos, tornando-se um dos pilares fundamentais da identidade do imigrante palestino. Chegaram também a se estabelecer nas faculdades e na carreira política, aumentando ainda mais o sentimento de pertencimento à região.

Como se observou, o território fronteiriço seria composto justamente por todas essas singularidades que a convivência entre as populações proporciona:

É um fenômeno dinâmico, ou seja, é fronteira viva, que mesmo distante dos polos de decisões nacionais, constituem-se em áreas de conformação humana e geográfica semelhante, onde se processa a ação dos agentes fronteiriços que estabelecem processos específicos de interação, acumulação e tensão. A determinação e defesa dos limites de uma possessão ou de um Estado se encontram no domínio da alta política ou da alta diplomacia, as fronteiras pertencem ao domínio dos povos. (TRUZZI, 2008. p. 198).

Assim, temos que esse espaço fronteiriço, onde estão em contato mais de uma identidade nacional, torna-se um terreno fértil para receber e acolher os povos pertencentes a outras nações. Logo, a fronteira deve ser percebida como uma zona porosa, onde há intenso e perene fluxo de relações sociais, comerciais, culturais, etc da população multiplural que a habita.

2.2 O imigrante na fronteira

A saída do ser humano de um local para outro acompanha a humanidade desde os tempos remotos. O nomadismo era, para o indivíduo, um fator vital para a sobrevivência.

Cada pessoa carrega uma história, um sonho e uma vontade de vencer. O impulso migratório é raramente um fato simples, resume-se um acúmulo de necessidades, desejos, sofrimentos e esperança (DAMIANI, 1991).

O ato de migrar corresponde então à mobilidade espacial da população, ou seja, é a saída de um país, estado, região ou até mesmo de domicílio. É comum, dentro de uma mesma soberania, as pessoas se mudarem ou escolherem lugares diferentes de seu nascimento para emigrar. Já a migração internacional consiste na mudança de moradia com destino a outro país ou região. Tal fenômeno vem ocorrendo ao longo dos séculos por diversos motivos.

Nessas regiões de contato entre países, como é o caso do espaço fronteiriço em questão, as trocas e os intercâmbios se dão a todo momento. As pessoas transitam de um lado para o outro diariamente, as relações que estabelecem com seus vizinhos, membros de outra nação, se processam naturalmente. Mas não deixam de ser pontos de contato entre nações e culturas distintas que exigem dos habitantes locais um exercício permanente de auto conhecimento e afirmação, e, ao mesmo tempo, de reconhecimento de respeito ao outro. Na maioria das vezes, o que fala mais alto é o fato de os moradores de ambos os lados da linha divisória fazerem parte de um grupo diferenciado em relação ao seus pares: os habitantes dos espaços periféricos do país ocupam as áreas marginais do território e estão distantes dos polos de poder e decisão do Estado (MACHADO, 1996).

Trazendo para nosso estudo sobre o imigrante palestino, é importante ressaltar que a diferença da maioria dos imigrantes nacionais, é que os palestinos precisaram cruzar as fronteiras, não só de sua cidade, mas de seu país, de sua cultura, de seu modo de viver para imigrar para outro local. Assim, faz-se mister analisarmos as tipologias dessa imigrações em região de fronteira.

Sayad (1998) traz a seguinte definição

Afinal, o que é um imigrante? Um imigrante é essencialmente uma força de trabalho, e uma força de trabalho provisória, temporária, em trânsito. Em virtude desse princípio, um trabalhador imigrante (sendo que trabalhador e imigrante são, neste caso, quase um pleonasma), mesmo se nasce para a vida (e para a imigração), mesmo se é chamado a trabalhar (como imigrante) durante toda a sua vida no país, mesmo se está destinado a morrer (na imigração), como imigrante, continua sendo um trabalhador definido e tratado como provisório, ou seja, revogável a qualquer momento.

A estadia autorizada ao imigrante está inteiramente sujeita ao trabalho, única razão de ser que lhe é reconhecida: ser como imigrante, primeiro, mas também como homem – sua qualidade de homem estando subordinada a sua condição de imigrante. Foi o trabalho que fez “nascer” o imigrante, que o fez existir; é ele, quando termina, que faz “morrer” o imigrante, que decreta sua negação ou que o empurra para o não-ser.[...] Ser imigrante e desempregado é um paradoxo. A dificuldade está, aqui, em conciliar objetos inconciliáveis: desemprego e imigrante ou, o que dá no mesmo, o não-trabalho como o que só se concebe e só existe pelo trabalho. (SAYAD, 1998, p. 54-55)

A correlação direta feita por Sayad – de que ser imigrante é igual a ser um trabalhador – é uma temática fortemente defendida e explorada até nos dias atuais. Por vezes temos convenções de que o imigrante vem “roubar” empregos, utilizar dos serviços públicos “tirando a vez” do nacional. Por outro lado, devemos pensar neste imigrante como um ser humano, e não apenas como uma máquina laboral, necessária para que pudesse gozar plenamente daquele país. Ou seja, ele terá diversas necessidades a serem preenchidas, sem falar das suas memórias gustativas, emocionais e pátrias.

Neste mesmo sentido Sayad (1998) preconiza

O “ideal” teria sido que, assim definido, o imigrante fosse pura máquina, um sistema integrado de alavancas, mas, neste caso como em qualquer outro, “uma vez que o homem não é um puro espírito” – sabemos disso há muito tempo – e uma vez que o imigrante não é puramente mecânico, é forçoso conceder-lhe um mínimo. Assim, como trabalhador, é preciso que seja alojado, mas então o pior dos alojamentos (que ele consegue sozinho) é amplamente suficiente; como doente, é preciso que seja tratado (isso por ele mesmo, e talvez muito mais para a segurança dos “outros”), mas que seja da forma mais rápida e mais econômica, sem tomar o tempo e o cuidado que uma situação particular requer, principalmente no caso de doenças mentais (que, em sua maioria, são de origem sociológica ou menos comportam uma importante dimensão sociológica); o mais das vezes casado e pai de família, não seria possível proibi-lo de trazer para junto de si, dentro de certos limites e sob certas condições, sua mulher e seus filhos – não se poderia nem mesmo impedi-lo indefinidamente de fazê-lo, principalmente quando manifesta tal desejo. (SAYAD, 1998, p. 58-59).

Partindo do pressuposto de que o imigrante é essencialmente laboral (SAYAD, 1998), passamos a explorar as tipologias de migrações em região de fronteira. Conforme

Lúcia Salsa Corrêa (1995) há três tipos, a saber: 1) imigrantes pendulares; 2) imigrantes de passagem; e 3) imigrantes permanentes. Essa tipologia é utilizada até os dias atuais.

Os imigrantes pendulares, são aqueles que realizam o fluxo diário de idas e vindas de um país fronteiro para o outro em razão de trabalho e/ou estudo. É perceptível que tais imigrantes pendulares fazem uso dos recursos que a vida de fronteira proporciona para se adequarem às normas e leis impostas pela existência dos limites internacionais. Por exemplo, podemos citar caminhoneiros, feirantes, ambulantes, comerciantes, estudantes, etc. Os fluxos pendulares ocorrem com frequência, senão diariamente. Em relação aos imigrantes de passagem podemos identificá-los naqueles que fazem da fronteira como local de passagem, visando regularizar seu ingresso no Brasil e utilizando a fronteira apenas como um corredor de passagem, já que seu destino será, em especial, grandes centros comerciais, onde buscará maiores oportunidades laborativas. Quanto aos imigrantes permanentes representam aqueles que residem, trabalham, constituem família, ou seja, constroem uma vida na cidade estrangeira. O lapso temporal de permanência é considerado de suma importância, ou seja, *animus manendi*, intenção de fixar residência definitiva ou intenção de permanecer. Pressupõe-se que esse imigrante esteja, documentalmente, regularizado a fim de assegurar seus direitos sociais, como por exemplo: saúde, educação, moradia, previdência, assistência social, etc. (CORRÊA, 2016, p. 24-25).

Assim, temos que os elementos que constroem e sustentam a identidade fronteiriça são os indivíduos que assumem a fronteira como seu espaço. E, neste grupo, envolvem-se as pessoas que ali nasceram, e também as que elegeram aquele lugar como sendo o seu, propício para viverem e se estabelecerem. Ambos assumem a fronteira como espaço único e diferenciado.

No grupo dos fronteiriços podemos destacar a presença do imigrante palestino residente em Corumbá e já foi um emigrante quando saiu de sua pátria e se tornou um imigrante permanente, pois utiliza esta fronteira com o *animus manendi*, ou seja, com vínculos profundos com a nova pátria. Aqui eles residem, trabalham, constituem família, estabelecendo vínculos intenso com a nova pátria com intenção de permanecer.

Veremos na fala desses imigrantes tais características que foram aqui referenciadas.

2.3 Os imigrantes palestinos em Corumbá

Tito Carlos Machado de Oliveira (2009) afirma que Corumbá/MS é uma rota intensa de entrada de imigrantes no Brasil. Isto é destacado, como já mencionado historicamente, pela sua posição geográfica (faz parte da Bacia Platina) e, após a Guerra do Paraguai, tornou-se importante centro atrativo de estrangeiros. Se deslocaram para Corumbá, entre a segunda metade do século XIX e os anos de 1980, imigrantes de diversas nacionalidades, como: bolivianos, paraguaios, italianos, portugueses, espanhóis, franceses, sírios, libaneses, palestinos, entre outras. Os principais – além dos bolivianos e paraguaios – são os palestinos.

Com relação aos imigrantes palestinos, os fluxos emigratórios em direção à Corumbá/MS encontram explicações que são bem diferentes de outros povos que vieram pra cá em meados do século XIX. Mas ainda: o que chamou a atenção e faz parte do objetivo principal deste estudo é o motivo que levaram esses imigrantes à escolher e se fixar na cidade de Corumbá.

A principal hipótese deste trabalho, aferida em entrevistas com o público alvo, é que a circunstância desse processo emigratório, que iniciou por alguns motivos como a indefinição da terra natal em decorrência de conflitos políticos e religiosos. É importante salientar que os palestinos não optaram por sair de sua terra natal, mas sim, ao contrário, precisaram se retirar.

O processo de formação do Estado de Israel na região da Palestina (“A terra prometida”) remonta às últimas décadas do século XIX e foi intensificado pela questão da Palestina, levando à uma nação ficar sem seu próprio território. Isso se deu, em linhas gerais, ao fato de que, enquanto Israel intensificou sua força, principalmente a militar, os palestinos foram se dissipando para outros territórios, como Líbano, Síria e Egito, principalmente após a Guerra dos Seis dias, em 1967 (PENA, 2020).

O professor Marco Aurélio de Oliveira, em seu estudo sobre a imigração indica um breve histórico que serve para balizar o assunto sobre a presença de palestinos em Corumbá/MS

Em 1948 foi instituído o Estado de Israel, e apenas na formalidade, o da Palestina. A partir da partilha feita naquele momento diversos conflitos naquela região foram ocasionados em consequência da resolução das Nações Unidas. A guerra da Independência, deflagrada logo após a Assembléia da ONU, foi apenas a primeira a se instalar no imbricado tecido que é o Oriente Médio. Além da questão bélica, o problema da água e da quantidade de terras férteis foram sendo colocados na ordem do dia da forma mais violenta possível. É importante que se entenda que o estado de Israel começou a ser construído a partir da interferências das potências ocidentais, especialmente dos Estados Unidos, pêndulo que o mantém até a atualidade. O agravamento desse processo de ocupação se deu após a Guerra dos seis dias, em 1967, em que o governo israelense, preventivamente, atacou seus vizinhos Egito, Síria e Líbano, acusando-os de planejarem uma guerra para desestabilizar o regime de Tel-Aviv. Deve-se ressaltar, ainda que a interferência, mais uma vez, norte-americana, posicionando-se ao lado de Israel, foi responsável pelo agravamento da crise em toda a região, com desdobramentos até a atualidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 192-193).

Nesse período, com receio do que poderia acontecer durante e após o conflito, os palestinos que estavam em Corumbá e que ainda possuíam parentes em sua terra natal (como filhos, esposas, tios, sobrinhos), arrumam uma forma de trazê-los para cá, com objetivo de protegê-los.

A segunda hipótese de aspecto peculiar do grupo é a atração entre eles que ocorreu a partir da experiência positiva de outros imigrantes oriundos da mesma região que a sua. Nas entrevistas realizadas, ouvindo as histórias relativas à imigração, percebemos que a vinda dos palestinos à Corumbá fora intermediada por outros imigrantes que aqui já se encontravam – parente e amigos da família e da região onde viviam - e que falavam bem da região, principalmente em relação ou seja, a existência de uma rede de familiares aqui compartilharam de muitas experiências, entre elas a ocupação inicial como mascates.

A relação fronteiriça estabelecida com a região também foi outro fator que esteve presente durante as entrevistas, pois todos reafirmaram a oportunidade do comércio internacional com os bolivianos, altamente estimulante para que migrassem novamente. Somado a isso, eles ainda podiam aperfeiçoar o idioma e reconhecer a cultural local.

Assim, o comércio inicialmente realizado na modalidade “mascate” foi a solução que os palestinos encontraram para sobreviver, já que não exigia capital acumulado para

o seu exercício, e a maioria vinha com a intenção de permanecer temporariamente, acumular algum capital e retornar(OLIVEIRA, 2001).

O comércio advindo da mascateação ajudou a consolidação dinâmica migratória do grupo na cidade de Corumbá. Como a população rural também representava um significativo contingente de consumidores para serem atendidos, os mascates conseguiam distribuir uma ampla gama de produtos, satisfazendo não apenas as necessidades básicas dos moradores da cidade, mas também levavam para fazendas e povoados as novidades que surgiam no comércio dos grandes centros.

Eles buscaram produtos para venda em locais marcados da cidade e região, e levaram até seus clientes a fim de realizar a venda corpo a corpo. Um dos entrevistados afirmou que navegava pelo Rio Taquari para vender seus produtos à seus clientes que moravam na beira do rio. Alguns informaram que iniciaram com uma mala, de bicicleta e foram aumentando a clientela e conseqüentemente a venda. A forma de vender também foi mudando ao longo do tempo, chegando ao que hoje conhecemos como “lojinhas”, no linguajar próprio para referenciar as casas comerciais próprias.

Da mascatagem, não encontramos nenhum registro na Câmara de Comércio de Corumbá sobre as condições locais e os negócios realizados na época, embora apareça em bibliografias e depoimentos de descendentes.

Na zona de comércio da cidade de Corumbá encontramos muitas lojas cujos proprietários são de origem palestina. Essas lojas vendem produtos variados e são responsáveis por grande parte do aquecimento da economia local, pela geração de emprego e renda e pelos impostos pagos aos governos.

O impacto dessas lojas no comércio local corumbaense é impressionante. Elas são uma forma de ocupação física do ser humano, independente da condição de imigrante, já que a atividade laboral é capaz de traduzir a fixação de um local para viver e criar sua família.

Os palestinos se tornaram referência de abastecimento e fornecimento de mercadorias para a região, reforçando laços de solidariedade mercantil entre os fronteiriços. O local escolhido pelas lojas tornou-se referência de mercadância para a Corumbá, criando um local de identificação e convivência coletiva.

E apesar dessa vinculação com a região central, constata-se que houve de fato uma movimentação urbana do centro para os bairros nobres, acompanhando o sucesso econômico e a necessidade de reconhecimento social.

Aliás, não foram só os consumidores que se beneficiaram dessa situação, visto que eles também são responsáveis por empregar a maioria da população economicamente ativa da cidade; gerar pagamento de impostos e receitas positivas ao município. Em cada loja dos entrevistados observamos a geração de pelo menos 3 empregos de carteira assinada, com impostos recolhidos e geração de renda familiar e consumidora.

Durante o processo de investigação, vislumbramos a chegada de novas lojas de alcance nacional (como Lojas Avenida, Passaletti, Pernambucanas, etc.). Entretanto, percebe-se que não houve modificação no papel do comércio praticado na cidade de Corumbá em relação às lojas de propriedade dos palestinos, pois o comércio fronteiriço é praticado pelos donos das casas comerciais, onde, de um lado, há o comércio de venda para turistas e bolivianos (revendedores ou não, normalmente procedentes da cidade de Santa Cruz) e do outro, há a venda para a população em geral (fronteiriços).

Isso ficou evidente nas entrevistas que fizemos, tendo inclusive um dos entrevistados frisado a questão do valor do dólar comercial e de turismo, que ocorreu nos anos 80. O comerciante informou que, na época, o dólar comercial era mais barato do que o dólar turismo. Então, enquanto comercializava para a região de fronteira, ele recebia valores referentes ao dólar turismo (que tinha o seu valor mais alto), mas quando fazia a compra de mercadoria, pagava com o dólar comercial (que tinha o valor mais baixo). Assim, o comércio da região sempre possuiu uma vantagem peculiar, que atualmente não possui, já que os valores do dólar comercial e turismo são quase equivalentes.

As entrevistas serão objetos de estudo no próximo capítulo, em que será demonstrado todo o método e trajetória percorrida para essa pesquisa.

CAPÍTULO III

3 PERCURSO DA PESQUISA

A coleta das informações foi realizada após a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), sob o CAAE nº 15532819.0.0000.0021, mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi oferecido para cada entrevistado no ato da pesquisa.

Apesar de existirem outras famílias de palestinos donos de comércios, apenas 06 famílias foram caracterizadas dentro dos critérios de inclusão já mencionados ao longo do estudo, pois o método de abordagem utilizado foi o tipo “bola de neve” e a escolha das famílias entrevistadas ocorreram pela amostragem não probabilística.

As famílias entrevistadas são compostas por homens e mulheres, sendo todos casados, e somente uma mulher viúva. Todos os participantes são proprietários das lojas de produtos diversos (calçados, vestuário e roupas de cama, mesa e banho), sendo que o tempo da loja que está mais tempo em atividade possui 31 anos e de menor tempo possui 15 anos na mesma atividade e local.

3.1 Resultados e Discussão

Irei analisar as transformações do uso do território e o comércio da cidade de Corumbá/MS a partir da perspectiva dos imigrantes palestinos que se estabeleceram no município. O marco histórico é a ocupação e desenvolvimento político e econômico do extremo oeste de Mato Grosso do Sul, conforme debatido na literatura referenciada nos capítulos I e II.

A estrutura de apresentação dos resultados das entrevistas se dará por eixo. Essa divisão pretendeu facilitar o alcance (ou não) dos questionamentos relacionados nos objetivos propostos na pesquisa. Ao final de cada eixo, apresentarei a interpretação dos dados obtidos, conduzidos pela revisão bibliográfica como Sayad, Bourdieu e Foucher, De Hass, Oswaldo Truzzi, Marinucci, Téllez e Piñeiro, Oliveira e Mariani.

Já a definição desses eixos foi feita para conferir maior visibilidade sobre as principais áreas da pesquisa que fundamenta a atuação das famílias pesquisadas, conforme objetivos já expostos. São eles:

- EIXO 1: O processo de ocupação da cidade de Corumbá/MS e sua região fronteiriça.
- EIXO 2: As perspectivas do comércio na cidade de Corumbá/MS a partir dos imigrantes Palestinos.
- EIXO 3: O uso do território fronteiriço de Corumbá/MS e o sentimento de pertencimento a região.

Ressalto ainda que esses três eixos são interligados. Eles são dependentes e processaram-se mais de uma vez ao longo do processo de pesquisa, pois a formulação das perguntas privilegiou a continuidade das histórias contadas pelos entrevistados, sob pena de perder a qualidade dessa parte da construção científica.

Assim, uma observação importante a ser feita é que, apesar da entrevista conter oito perguntas aplicadas a todos os entrevistados, os dados foram compilados em 03 núcleos considerados mais importantes e relacionados aos objetivos propostos na investigação. Foquei naquelas questões que motivaram a pesquisa e subtraí aquelas que foram feitas de forma necessária para alcance os resultados especulados.

No eixo 1 explorou-se as histórias relativa ao grupo estudado e a chegada destes a cidade de Corumbá/MS, explorando e identificando os fatos pelos quais os novos e antigos imigrantes decidiram fixar residência nesta cidade de fronteira e iniciar suas vidas. Também apresentarei as vivências descritas entre os estudados, com a finalidade de entender os resultados que serão apresentados, em especial acerca da formação de uma rede de cooperação entre eles.

O eixo 2 investigou os aspectos sociodemográficos e o desenvolvimento comercial de Corumbá/MS. Buscou-se informações sobre as vantagens e desvantagens de comercialização nesta região de fronteira, sob a perspectiva da população estudada. Tentou-se mensurar as relações dos palestinos com o comércio local e como foi o processo e evolução das casas comerciais até os dias atuais. Pude explorar o recorte

temporal investigado, a eventual escolha pela região central da cidade e o estreitamento da relação com a população local/consumidora de seus produtos.

No eixo 3 percorri o cotidiano enriquecido dessa fronteira e as diversas pessoas que compõem o território pesquisado, com base no uso e na comunhão da política organizacional de cada família pesquisada e a espontaneidade das relações sociais nascidas nas experiências que se apresentaram.

Feita essas considerações, passo a expor os eixos, conforme as ocorrências delineadas:

EIXO 1: DO PROCESSO OCUPAÇÃO DA CIDADE DE CORUMBÁ/MS E SUA REGIÃO FRONTEIRIÇA

Verbalizações :

A.1. “A gente não trabalhava no comércio da nossa cidade natal, a gente tinha bastante terra com oliveiras e a quando eu era criança, meu tio trabalhava na terra e papai já estava aqui no Brasil. Eu vim com minha mãe e minha irmã porque papai já estava aqui. A minha família escolheu a cidade de Corumbá porque tínhamos uma pessoa que meus pais conheciam e ela era comerciante aqui, mas já foi embora. O meu pai veio nos anos 50 e eu, minha mãe e irmã viemos em 1965 e minha esposa em 1975, quando eu a chamei pra vir pra cá para casarmos. Nós viemos para voltar, mas Israel não deixou mais a gente voltar, e aí ficamos aqui em Corumbá.

A.2. “A primeira pessoa da minha família a vir para cá foi meu pai, nos anos 60. Meu pai veio da Palestina e escolheu Campo Grande porque antes havia um parente nosso que estava estabelecido em Campo Grande, e isso ia facilitar as coisas pro meu pai. Quando foi em 67, tanto meu pai como outros palestinos, já tinham se preparado para voltar pra lá, mas como aconteceu o conflito (a Guerra dos seis dias), ele resolveu ficar. Em 1968, meu irmão veio em 18 de Abril de 1969, veio eu, minhas duas irmãs, meu outro irmão e minha mãe. Quando nós viemos da Palestina, passamos pela Jordânia e Líbano (de carro) e depois pegamos um voo com escala no Egito, em Paris, São Paulo e viemos para Campo Grande de ônibus. Campo Grande era nosso destino final”.

A.3. “Meu pai cuidava das terras lá na Palestina. Em 1959 meu pai veio e foi para Bagé/RS. Depois da Guerra de seis dias, meu pai mandou buscar a gente. Quando eu

cheguei no Brasil eu tinha 13 anos e era estudante. Eu, minha mãe, meu irmão e minha irmã, chegamos em 1968 e fomos morar no RS. Mas minha mãe não se adaptou, queria voltar para terra. Ai, meu pai quis vir pra Corumbá em 1978 para minha mãe se adaptar melhor. Viemos pra cá porque aqui tinha muito conterrâneo. Lá em Bagé, só tínhamos parentes (primos)”.

A.4 “ Eu cheguei em 1968 e meu pai já estava aqui desde 1959. Ele veio primeiro e foi direto para Bagé/RS porque tínhamos primos que moravam lá e esses primos já tinham comércio por lá. Mas lá não deu certo porque minha mãe não se adaptou, queria voltar pra Palestina. Ai meu pai quis vir para Corumbá para ver se minha mãe se adaptava. Ele mandou buscar a gente depois da Guerra dos Seis dias e nós fomos direto pra Bagé/RS. Só em 1978 é que viemos pra Corumbá porque aqui tinha muito conterrâneo.”

A.5 “Nossa família é composta por mim, meu marido e 4 filhos. Nós viemos da Palestina da mesma cidade, Kofr Malek, Estado de Hamala. Primeiro quem veio foi meu sogro em 1955. Ele veio direto para Corumbá, ficou cinco anos e foi embora. Veio porque já tinha árabe aqui. Depois meu sogro voltou em 1965 porque os amigos dele falaram pra ele abrir uma loja e chamar o filho para ajudar. Ai meu marido veio em 1968, depois do nosso casamento. Nós já estávamos noivos lá Palestina e casamos lá. E eu só vim em 72. Aqui em Corumbá nós tivemos nossos filhos. Lá na nossa cidade (Kofr Malek) era pequeno. Só tinha 3 mil habitantes e criávamos cabrito e vendíamos leite. Aqui em Corumbá meu sogro trabalhava com “mala”. Ele vendia na bicicleta, como mascate. A loja tem 50 anos no mesmo lugar. E eu e meu marido tomamos conta dessa loja porque minha sogra não veio. Ela ficou por lá e por isso meu sogro resolveu voltar para a Palestina em 1973. O comércio de Corumbá é bom, com bastante pessoas diferentes. Quando o dólar fica baixo, os bolivianos vêm aqui comprar, e quando o dólar sobe, também fica bom pra nós porque os corumbaenses e os turistas compram com a gente. As vezes tem crise, mas nós permanecemos aqui, no comércio. Antigamente os fretes eram mais baratos e isso era bom. Antes os produtos que vendíamos vinham de trem, depois passaram a vir de caminhão e agora, eles continuam vindo de caminhão, mas tem o avião também. Caro ou baratos tem que comprar”.

A.6 “Eu vim de Jerusalém e começamos a trabalhar direto aqui Corumbá. Meu marido já morava aqui em Corumbá fazia 15 anos. Ele foi para a Palestina, casou comigo

lá e eu vim junto com ele para o Brasil em 1979. Tenho 05 filhos e 06 netos. Mas nós já estamos acostumados com a cidade de Corumbá. Todos saem daqui e voltam pra cá.”

Como vimos, a fala dos imigrantes palestinos acerca da ocupação desse espaço fronteiriço é carregado de laços afetivos, tanto pela “sua terra” quanto pelo Brasil, sendo que um deles menciona claramente que o coração é dividido entre o Brasil e a Palestina. Sendo assim, vemos que é natural que uma emigração, com o decorrer dos anos, acaba estabelecendo alguns laços individuais com o local do destino.

No caso dos imigrantes palestinos, ouvindo suas histórias relativas à imigração, percebemos a origem rural das famílias, e a necessidade de reconhecer seu ofício urbano aqui no Brasil. Essa característica é bastante típica, visto que a maior parte desses imigrantes vêm de regiões rurais de seu país de origem, e sua inserção econômica na atividade comercial é totalmente diferentemente das atividades camponesas anteriormente praticadas.

É possível aqui traçar um paralelo muito interessante entre os relatos presenciados: o tom de saudosismo sobre o que faziam lá na Palestina e eventuais dificuldades na vinda e na chegada ao Brasil, em especial para Corumbá, são relatadas normalmente e indicam que elas não se cristalizaram, pois foram rapidamente superadas por seus protagonistas.

Para tanto, contribuíram, de um lado, a rede de recebimento por parentes e conterrâneos, que compartilhavam suas experiências, entre elas a ocupação inicial como mascates, e posteriormente, proprietários de lojas comerciais; e de outro, as oportunidades e carências em matéria de intermediação comercial que tinha em todo o interior do Brasil, especialmente nas áreas rurais.

Foi observado que o comércio lhes surgia como a melhor opção para a sobrevivência, até porque os que aqui já estavam já exerciam o ofício como mascate e, aos poucos, com a assunção financeira da família, começaram a inserir os seus filhos em áreas consideradas de maior prestígio social como, por exemplo, a formação de médicos, engenheiros e advogados.

Na fala dos entrevistados também temos a característica da rede de cooperação. E Truzzi explica bem esse fato

Esses pioneiros, sobretudo se bem sucedidos, podem agir como elementos de atração para que outros eventualmente se estabeleçam, facilitando a fixação de novos ingressantes em caráter permanente. Ao cabo de alguns

anos, a emigração outrora circular pode assumir uma característica de cadeia. Migrações em cadeia surgem assim como o modo natural de desenvolvimento de um fluxo migratório para aqueles que não são os pioneiros, os desbravadores de um novo destino (TRUZZI, 2008, P. 201).

Para Sayad o deslocamento físico que normalmente ocorre nos processos migratórios é também um deslocamento de poder, o poder de significação do evento na estrutura social – ou seja, o poder simbólico constitutivo do ato de migrar. Afinal, como repassado por Sayad

“não se deixa sua terra impunemente, pois o tempo age sobre todos os seus pares. Não se prescinde impunemente do grupo e de sua ação cotidianamente presente, bem como de seus mecanismos de inserção social, mecanismos que são ao mesmo tempo prescritivos e normativos e, enfim, largamente performativos” (SAYAD, 2000).

O fato é que a rede de cooperação que tanto caracterizou a imigração palestina para a região de Corumbá, quiçá por todo o Brasil, foi uma forma de integração cultural e regional que está contida nos termos do multiculturalismo e da identidade nacional desse imigrante.

Esses elementos integradores são, a meu ver, responsáveis pela dimensão cultural que o espaço fronteiriço se apresenta aos imigrantes. Essa democracia se torna o espaço de reconhecimento das diferenças, da aceitação do outro e das alteridades, pela construção do “nós” como efetivo resultado do eu e do outro.

Assim, apesar de muitos pesquisadores atribuírem à região de fronteira o sentido de limites, ou seja, um caminho entre dois territórios, esses espaços se apresentam de outra forma. Eles acabam por não pertencer nem a um nem a outro, mas sim a um terceiro: aqueles que cruzaram a sua própria fronteira, com sotaques estrangeiros repletos de coragem, característico do espírito do homem imigrante (SAYAD, 2000).

Esse espírito imigrante dos palestinos faz asseguraram sua permanência nessa região fronteiriça, pois representam o mundo por um mundo paralelo de sinais, por meio do qual o homem fronteira se percebe e qualifica a si próprio, o corpo social, o espaço e o próprio tempo.

EIXO 2: AS PERSPECTIVAS DO COMÉRCIO NA CIDADE DE CORUMBÁ A PARTIR DOS IMIGRANTES PALESTINOS

Verbalizações:

A.1. “Meu pai começou como ambulante e depois abriu uma venda. Eu também trabalhei como mascate, comecei numa feira e comprei uma lancha. Vendia mantimento e um pouco de confecção e bebidas na beirada do rio Taquari, perto de Coxim. Depois eu vendi a lancha e meu pai já tinha aberto o comércio aqui, e eu comprei um outro ponto comercial, nesta mesma rua. O meu comércio era esse aqui e o do meu pai era em frente ao Cine Anache, ambos na Rua Delamare. O comércio de Corumbá sempre foi bom, mas agora está melhor porque nossos vizinhos estão vindo comprar. Quando o dólar tá alto, o comércio fica com a população local aqui, mas quando ele tá baixo ou normal, os bolivianos vêm comprar. Quando eu cheguei aqui tinha um porto, e o comércio era aqui (na delamare) e lá embaixo”.

A.2. “O meu pai começou a trabalhar como mascate lá em Campo Grande porque ele tinha um primo que tinha comércio lá. Ai meu pai foi se desenvolvendo até que abriu um comércio em Campo Grande. Quando nós chegamos em Campo Grande, já fomos trabalhar nesse comércio de meu pai. Eu só abri meu comércio aqui em Corumbá depois que eu casei, no ano de 2000, porque minha esposa é palestina e já morava aqui em Corumbá. A gente ia em congressos, encontros sociais e acabamos nos conhecemos. Somos da mesma cidade (Kofr Malek, Estado de Hamala) e meus pais já conheciam os pais dela, de lá. A comunidade de Campo Grande são mais Sírios e Libaneses e de Corumbá são mais palestinos. Campo Grande era mais desenvolvida porque era capital, mas a vantagem de comercializar aqui é a fronteira: tem turista. Mas tivemos uma certa época que a população de Corumbá também não comprava aqui na cidade. Mas quando o dólar aumenta, o corumbaense compra aqui, e quando o dólar está baixo, os bolivianos vem pra cá comprar e os corumbaenses também.

A.3. “Aqui é bom comercializar. Quando o dólar tá alto, os bolivianos vem comprar aqui. E quando o dólar tá baixo, não fica muito bom não, porque todo mundo vai pra lá, para a fronteira. Os corumbaenses compram lá e aqui. Meu pai abriu um comércio da Delamare do lado do Bradesco – Elegancia Paris. Minha irmã ficou aqui até que a filha

dela foi estudar em Santa Catarina, mas enquanto ela ficou aqui em Corumbá, ela tinha comércio também”.

A.4. “Aqui sempre foi bom. Eu cheguei aqui em Corumbá, trabalhei sempre com a população daqui e da Bolívia e sempre deu certo. Quando o dólar tá alto eles vêm comprar aqui e também porque a mercadoria brasileira é melhor. Mas quando o dólar tá baixo, eles vão lá comprar. Eu não vim pra cá por causa de fronteira. Eu vim pra cá por causa dos parentes que já estavam aqui. Antes em Bagé/RS e depois aqui, por causa do primo do meu pai que já estava aqui em Corumbá. Meu pai que veio primeiro. Mas nunca foi intenção de fronteira nenhuma. Eu cheguei aqui em 78 e já tinha descendente palestino aqui. E viemos pra cá porque não demos certo lá no RS e aqui começamos juntos”.

A.5. “Aqui tinha uma diferença do dólar, nos anos 80. O dólar comercial tinha valor diferente do dólar turismo. Ele era mais barato que o turismo. Então, eu recebia no valor do dólar turismo (que era mais alto) e comprava mercadoria com o dólar comercial (que era mais baixo). E isso era vantagem diferente dos outros lugares, mas atualmente não é mais assim, os valores do dólar comercial e turismo são quase a mesma coisa”.

A.6. “Meu marido chegou aqui em Corumbá quando ele tinha 15 anos. O meu sogro veio pra começar a vida, trabalhar com mala e tudo. Escolheram Corumbá porque ele era mascate, tinha a fronteira, e a cidade era pequena. Lá na Palestina era mais a plantação. Começamos a trabalhar com os pais do meu marido. Depois trabalhamos sozinhos em Porto Alegre por 8 anos, mas lá era muito frio e tivemos um assalto que roubaram tudo que tínhamos. Aí voltamos (eu e meu marido) pra Corumbá para trabalhar nas feiras até conquistar tudo de novo. Já tem 20 anos essa loja, desde que voltamos. Meu marido faleceu e eu continuei. Tem 06 anos que ele faleceu.. Aqui tinha um bom comércio, e tinha poucos brasileiros comercializando, eram mais os palestinos e poucos sírios e libaneses. Mas a maioria é palestino. A fronteira para nós é mais corre, mais viva, não precisa de muita concorrência para vencer na vida. Tem outras fronteiras, mas lá não tem segurança e os palestinos gostam de segurança. A gente trabalha bastante aqui, a gente luta. Os bolivianos vêm para comprar da gente. Eles compram bem. Mas depois que os parentes desses bolivianos foram para São Paulo, eles passaram a comprar mais lá. Aí a gente tem que abaixar o preço para eles comparem aqui, 5 ou 10 reais. Desde que eu cheguei aqui

os produtos chegavam por transportadora. As desvantagens é que o pessoal fala que aqui não faz dinheiro rápido”.

Ficou evidenciado nas falas dos entrevistados que a opção pela atividade de mascateação ocorreu por diferentes motivos, destacando-se, inicialmente, pela concepção de enriquecimento proporcional à sua força de trabalho, narrativa construída e incentivada pelos membros da rede de cooperação. É possível também verificar a partir desta narrativa, o percurso para se alcançar o merecido sucesso.

Aliás, o apoio de parentes e conterrâneos foi fundamental e se expressou no acesso e obtenção de mercadorias e créditos com os membros da comunidade já estabelecidos na cidade, como também na aprendizagem da língua, fator fundamental para dar início ao trabalho, e única habilidade de fato necessária.

Outro aspecto da atividade comercial dos palestinos refere-se ao tipo de mercadoria vendida pelos imigrantes e, neste caso, pode-se verificar desde a opção por produtos tradicionalmente vinculados à própria figura do mascate (vestuário, cama mesa, banho, utensílios de casa), como também outros tipos de mercadoria, para outra clientela, como produtos alimentícios, espalhada pelas outras regiões da fronteira.

A forma como o deslocamento, o contato com os clientes e a forma/frequência das vendas ficou evidenciado nas narrativas, que ia desde a “mala” a pé, bicicletas e charretes, até os barcos para deslocamento à longa distância pelo rio Taquari que banha uma parte da população ribeirinha.

Por isso muitos entrevistados sinalizaram que o comércio de Corumbá é bom, que o trabalho rende e que mesmo que eles saiam daqui, acabam voltando para cá, dando a entender que Corumbá se destaca por ser uma localidade aberta às oportunidades para pessoas de outros locais que quisessem para lá se mudar. Todos acreditam que as oportunidades criadas pelo comércio da cidade de Corumbá foram positivas.

O historiador Marco Aurélio Oliveira, acrescenta que “A cidade foi fechando-se para as suas vizinhanças, tão cara no passado. Ora, oportunidade e vizinhança é o binômio que melhor interpreta a presença palestina e boliviana naquela cidade” (OLIVEIRA, 2004, p.353). Conforme Alejandro Benedetti (2011, p. 45) “los intercambios tienden a

concentrarse en los lugares de frontera. Las zonas limítrofes o fronterizas se vuelven porosa, quedan abiertas a las movilidades sin control, por lo tanto ilegalizadas”.

Portanto, a procura pelos palestinos por esses ambientes, dentre outros aspectos, é explicada pelas estratégias de oportunidade que podem ocorrer na malha fronteiriça. Como descreveu Hein de Haas:

We need to see migration as a process which is an integral part of broader transformation processes embodied in the term “development”, but also has its internal, self-sustaining and self-undermining dynamics, and impacts on such transformation processes in its own right. This contextuality has important theoretical implications. Because migration is not an exogenous variable, but an integral part of wider social and development processes, the development impacts of migration are also fundamentally heterogeneous. (HEIN DE HAAS, 2015, p. 228).

Assim, por conta do processo de formação e funcionalidade dessa fronteira, o desenvolvimento desse espaço se deu através do processo histórico já apresentado nos capítulos anteriores desta dissertação. E a medida que esses espaços fronteiriços foram sendo estabelecidos com uma certa descontinuidade espacial – por conta da mobilidade e do fluxo dos diferentes grupos sociais que aqui se comunicavam – o comércio era estimulado pela facilidade de intercâmbio neste local.

Estas questões revelam aspectos da dinâmica migratória do grupo pesquisado, ao mesmo tempo que referencia como se deu as migrações árabes no Mato Grosso do Sul.

O que se evidenciou foi que os membros da comunidade pesquisada, em seus múltiplos usos e formas de ocupação do território central da cidade de Corumbá, acabaram por constituir que suas casas comerciais que não serviram só como local de trabalho, mas também de obtenção de mercadoria para a população local, turistas e fronteiriça, de lazer e convívio social entre seus pares, bem como local de referência da cultura árabe.

Tal sentimento demonstra que a fronteira seria então onde ocorrem as interações, os laços e os afetos. É aquilo que o homem vivencia no cotidiano, nas trocas, nos relacionamentos entre os sujeitos pertencentes aos dois países do limite territorial.

Segundo Marinucci

pensar os sujeitos da mobilidade como agentes ativos que, embora condicionados por inevitáveis contingências biográficas e estruturais, desenvolvem de forma resiliente táticas de enfrentamento da realidade adversa, não apenas individualmente, mas também mediante mobilizações e organizações coletivas. Conhecer a realidade migratória a partir de seus atores, dar-lhes voz, imaginar-se empaticamente no lugar deles, vê-los antes como sujeitos políticos de direitos que como vidas vitimadas e sofridas são elementos que podem gerar uma “contaminação cognitiva” possibilitar o surgimento de enfoques teóricos e perspectivas analíticas alternativos que, sem dúvidas, podem auxiliar nos processos políticos de transformação da realidade social na ótica dos direitos dos indivíduos e dos povos (MARIANUCCI, 2009, p. 34)

Essa situação representa um sistema coletivo que atribui significado ao real valor e conduta desses imigrantes. Há sem dúvida uma tendência caracterizada pela conexão e pelo entrelaçamento de organizações conterrâneas e locais que se estabeleceram com a atividade comercial, o que permite a universalização de experiências e lutas locais da sociedade a que inseriram e passaram a pertencer.

EIXO 3: O USO DO TERRITÓRIO FRONTEIRIÇO DE CORUMBÁ E O SENTIMENTO DE PERTENCIMENTO A REGIÃO

A.1 “Eu sempre gostei do comércio de Corumbá. Meu pai era comerciante e eu abri uma loja também para formar os filhos, etc... Não tenho conhecimento sobre outras fronteiras, só essa. Meu pai tinha parentes, como meu tio por parte de mãe. Quero contar que Corumbá é uma cidade que eu gostei muito e o povo é muito hospitaleiros, temos muitos amigos, eu me naturalizei desde que cheguei e não vamos sair daqui nunca”.

A.2. “Todos os palestinos que estão aqui são da mesma região da Palestina (Kof Malik, Estado de Hamala) e cada um conta a história da sua história e como que veio, mas não nos conhecíamos lá. Isso aconteceu porque minha família se mudou para outro município dentro da própria Palestina. Mas nossos pais se conheciam lá. Meu pai foi para Campo Grande por causa do contato que ele tinha em Campo Grande. Mas se ele soubesse que os palestinos amigos dele estavam aqui, ele tinha vindo direto pra cá. Ele ficou sabendo quando estava viajando de trem para São Paulo com minha irmã e eles estavam falando em árabes. Ai um amigo da cidade dele veio falar com ele e eles se reconheceram. Nessa conversa, meu pai ficou sabendo que aqui em Corumbá tinha os

palestinos que ele conhecia. A maioria dos palestinos tanto minha esposa quanto eu, vieram no período da Guerra dos seis dias. Os nossos pais e antepassados vieram antes de 67, mas a maioria veio depois da Guerra dos seis dias. Meu pai e meu sogro já estavam prontos para retornarem à palestina, mas como teve esse conflito (Guerra dos Seis dias), eles permaneceram aqui. Eu cheguei aqui e fui muito bem recebido e eu amo esse povo. Eu digo que o coração do palestino é dividido entre a Palestina e Brasil. Eu vim pra cá por dois motivos. Primeiro econômico e outro político. O econômico foi quando surgiu esse conflito e Israel passou a ocupar a Palestina e a partir daí eles tinham ordem de não deixar os palestinos que já tinham saído, retornar para a Palestina. O político foi quando foi proclamado o Estado de Israel sobre uma parte da Palestina, e mais tarde anexaram a Jordânia, criando a Cisjordânia. E aí eles querem mudar essa história, dizendo que a Palestina nunca existiu e que pertence a Israel. Mas os israelenses são pessoas que vieram de fora, foram comprados para tomar nossas terras, mas os judeus são irmãos. Eu não consigo entrar na Palestina hoje e voltar pra matar a saudade porque Israel não deixa entrar. Eu só entro com passaporte brasileiro, e mesmo assim somos bombardeado de perguntas com o objetivo de deixar nervoso irritado, para você ter o visto negado e nunca mais você volta pra lá.

A.3. “Eu, minha mulher e meus filhos e meu irmão e irmao e a família deles. Só minha irmã que não é comerciante. Ela é de lá. Nós viemos da Palestina”.

A.4. “A história do imigrante é triste, ele saiu por causa da guerra. Ninguém quer ir pra outro país com cultura diferente, língua diferente. Nós nos adaptamos. Tinha que adaptar”.

A.5. “A gente vai pra Palestina pela Bolívia com passaporte brasileiro e eu chileno. Nossos filhos são formados e eu tenho 1 filho lá que não quis ficar. Está lá. A gente chega aqui, não sabe falar a língua, a gente sofre. Depois mandei meu filho e depois ficou difícil que a gente entrar lá porque Israel não deixa. Só com o passaporte brasileiro, sem o passaporte palestino. Eles ficam perguntando as coisas pra gente. Meu filho ficou 07 horas no aeroporto quando foi visitar meu outro filho que mora lá”.

A.6. “ Meu marido veio em 1964, ele veio 15anos antes de mim.Eu só vim depois que casei com ele, em 1979. Não tinha ninguém da minha família aqui. Meu pai foi pra Colômbia e minha mãe ficou em Jerusalém, mas depois que eu casei, ela foi pra Colômbia

ficar com meu pai. Eu cheguei a voltar para Jerusalém, mas lá era muito frio, ai voltei pro Brasil, mas fui pra Porto Alegre. A farmácia São Bento era de meus sogros. E tinha a casa Jerusalém, aqui na Delamare. Os palestinos são um povo muito bom. É raro mexer com coisa errada, eles preservam a identidade deles. Israel tomou nossas casas, nossas terras, prendem nossos jovens e isso fez a gente se perguntar e querer a ficar aqui. Quem fundou um pouco Corumbá são os palestinos. Aqui também tem Sírios e libaneses mas são poucos, são mais os palestinos. A gente vem pra Corumbá para trabalhar, vencer. Temos a esperança de voltar pra lá, mas lá é muito difícil. Depois de 03 anos, você não volta pra lá, eles não deixam. Eu sou colombiana, nasci em Colômbia, mas fui criada em Jerusalém. Tenho documento colombiano e árabe, e por isso eu vivo aqui mais do que lá. Mas a gente sempre tem vontade de voltar.”

Pelas entrevista, pude observar que a fronteira é palco de um dos fenômenos demográficos da humanidade: o movimento migratório internacional e que vem se ampliando nas vias sociais, econômicas e políticas.

O território, nesse contexto, seria não apenas a área, o local ou o plano das realizações humanas, mas um componente de interação e constituição dos elementos indispensáveis às ações cotidianas.

Santos já afirmou que “ é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”, reforçando assim, a necessidade dos estudos sobre o cotidiano. E prosseguiu afirmando que o território “ é uma forma impura, um híbrido, uma noção que por isso mesmo, carece de constante revisão história” (SANTOS, 1994).

A constatação de que vivemos em um mundo diverso, com várias etnias, nacionalidades, gêneros, etc. é de suma importância para refletir a questão de pertencimento. Pierre Bourdieu (1997) e Sayad (2008) enfrentam essa questão afirmando que o pensamento do estado ou o “espírito de estado é tudo aquilo que se aplica, que se sente:

O "Estado de espírito" ou um "espírito de estado" é uma maneira de pensar, uma maneira diferente de pensar. Estado de espírito e estado de pensamento seria inseparável do pensamento de Estado que seria de pensamento do estado em tudo o que ela é e todos os campos em que se aplica; como o pensamento do estado, em virtude de constância, suas repetições, sua própria força, seu poder de tributação, poderia

eventualmente gerar forma sustentável de pensar típico do estado de espírito. (BRITO, 1995,p. 29).

O imigrante só deixa de sê-lo quando não é mais assim denominado e, conseqüentemente, quando ele próprio assim não mais se denomina, não mais se percebe como tal. E a extinção desta denominação apaga, a um só tempo, a questão do retorno inscrito na condição do imigrante.

No processo de aculturação, então, o imigrante se distancia da política da localidade e da terra natal, se assemelha ao ritmo de vida local, se existirem, etc. E quando isso ocorre, paradoxalmente, mais se distancia da terra natal e menos se apropria da cultura local. O imigrante para ser imigrante deve deixar de se nativo em algum lugar e passar a ser naturalizado em outro. Com isso, à exceção da legalidade, é impossível seu eterno dilema é forma do modo habitual dos moradores se alimentarem, namorarem, vê do retorno, cada vez mais improvável, não passando por uma ilusão. (SAYAD, 2000, p. 16)

Truzzi, em seus estudos sobre rede em processos migratórios afirma:

Desta forma, em se tratando de imigrante, entendemos que o uso da expressão rede busca enfatizar as circunstâncias que levaram muitos a emigrar, muitas vezes através de informações quanto às perspectivas no país de destino. É notável nos movimentos migratórios que o contato com o país de destino facilitaria seu deslocamento, e isso poderia ocorrer através das relações com parentes, amigos ou conhecidos que buscavam convencer o potencial imigrante a se deslocar (TRUZZI, 2008, p .203).

Assim, temos que o novo ambiente que se apresentou para os entrevistados fez com que as relações com os novos moradores se manifestassem com a territorialidade nova e a cultura nova. E nesse processo, a integração e o entendimento do uso do território, faz o indivíduo recuperar parte do seu ser que aparentemente parecia perdida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração é um dos fenômenos da humanidade mais intensos, e a fronteira uma das mais importante etapas que esse imigrante enfrenta quando decide sair de sua cidade (ou país) para outra. A junção das duas categorias (imigração e fronteira) potencializa os traços e marcas das mais variadas situações, tanto naquele sujeito ou grupo, quanto naquele espaço.

No caso aqui estudado, temos que o espaço fronteiriço se apresentou não só pelo espaço geográfico, mas sobretudo pelo modo de vida e cultura que se construiu. Apesar dos recortes que atravessam os sujeitos que habitam as redondezas da localização estudada, estes constituem à sua maneira, um espaço diferente daquele que tentam definir o Estado soberano.

Assim, tratar as linhas divisórias entre países, levando em conta apenas os marcos “oficiais”, é um erro. É negar que em lugares distantes dos centros de poder, onde estão estabelecidas as relações entre membros de nações distintas, os “acordos” entre os habitantes desses espaços locais se efetivam inevitavelmente, mesmo que eles façam parte de diferentes nações. Nessas regiões o Estado é formado mais pela cultura do que pelos dispositivos estatais e geográficos de proteção.

Essas realidades advêm dos processos humanos, e são capazes de gerar interferências pessoais - ou de grupos - nas regiões que estão inseridos, e são provenientes das vivências e contatos das relações sociais constantes. Esse processo também é capaz de fazer alterações físicas e metafísicas nos mais variados espaços, bastando, para isso, haver a presença dos seres humanos.

No recorte temporal aqui estudado vimos que a parte histórica também marcou a cidade. A diversidade cultural, com influências dos imigrante que aqui exprimiram suas características trouxeram uma economia ativa para a região, que já foi importante face ao movimento do porto fluvial e relações comerciais com países vizinhos.

Assim, temos que Corumbá acolheu (e acolhe) um grande número de imigrantes que são profissionais liberais, empreendedores e entidades ligadas ao agronegócio,

indústria e comércio. Do outro lado da fronteira, os turistas ou imigrantes pendulares se habituaram a vir no comércio de Corumbá para abastecimento de produto em geral, o que faz com que o comércio da cidade tenha bastante movimento. Somado a isso, Corumbá ainda apresentou uma redefinição dos meios de transportes, que ocorreu ao longo do tempo, e fizeram com que seu desenvolvimento nunca parasse.

. Independente de sua origem ou caracterização inicial, todos esses tipos de empresários tenderam a manter vínculos, igualmente diversos, com empresas e capitais estrangeiro – e também, claro, com outras forças econômicas e políticas regionais e nacionais.

As situações exibidas nas entrevistas e na pesquisa bibliográfica aqui reunida, nos permitiu chegar a alguns resultados. No transcorrer do estudo, restou evidenciado que os fatores pelos quais os novos e antigos imigrante decidiram fixar residência nesta cidade de fronteira e iniciar suas vidas se deu por conta de fatores econômicos e político, fortalecidos pela rede de cooperação migratórias entre os palestinos que vieram para esta cidade. O ano foi 1950, sendo que antes disso, alguns palestinos chegaram até Corumbá, após a Guerra do Paraguai, mais precisamente quando Corumbá estava tentando se reerguer, através do comércio local.

Evidenciamos, para tanto, que o fator econômico ocorreu quando Israel passou a ocupar a Palestina. O outro fator mencionado pelos entrevistados, foi político e ocorreu quando houve a proclamação do Estado de Israel sobre uma parte da Palestina, e mais tarde, quando anexaram a Jordânia, criando a Cisjordânia.

Segundo relatado por um dos entrevistados, a ordem de Israel é não deixar os palestinos que já tinham saído, retornar. Tanto que as falas foram repetidas no sentido de que aqueles que já estavam aqui, não retornaram, e os que estavam lá, vieram para cá, com receio de perderem contato e ou passarem por outras dificuldades, inerentes a um conflito entre povos.

Apuramos também que outro fator econômico que os fizeram se fixar na região central da cidade de Corumbá foi o bom comércio que se apresentava na localidade. Assim, iniciaram como mascates, ou “com malas” como nos foi relatados.

O comércio da cidade de Corumbá foi considerado bastante atraente pelos entrevistados por possuir segurança e um grande movimento, em especial de consumo

entre os imigrantes e a população local, sendo que os palestinos são responsáveis pela grande quantidade de lojas comerciais e, portanto, o abastecimento de produtos comercializados.

Podemos dizer inclusive que a alta rotatividade e variedade de mercadorias, deram novo sentido e significado ao “comércio popular” no centro de Corumbá, proporcionando um desenvolvimento socioeconômico para a cidade, a partir da forma de se relacionar com o público consumidor.

Percebemos também que, embora tenha se verificado a dificuldades com a língua e costumes, todos conseguiram se estabelecer e abrir suas lojas comerciais, que pode ser caracterizado nas falas pela percepção de trabalho perfeito, orgulho, confiança e autoestima organizacional.

A análise desse sentimento permitiu observar que a sensação predominante se dá pelo enfrentamento das adversidades vencida pelas famílias de imigrantes e a também pela preservação da memória dos mais velhos.

O elevado grau de pertencimento a esta região também foi fator importante encontrado em nossos resultados. O uso da racionalização decorrente da imigração foi uma forma de funcionamento e de bom viver encontrado pelos imigrantes palestinos, uma vez que todos relatam a dificuldade de entrar em sua própria terra (Palestina) desde que ocorreu esse conflito relatado.

Também pude notar que as estratégias de defesa coletiva diante do enfrentamento ou adaptação ao trabalho ocorreram pela questão financeira, já que em sua terra natal, eles eram pastores e donos de terra de cultivo de oliveiras e aqui no Brasil, conseguiram prosperar como comerciante e contam com muito orgulho sobre os filhos formados e a família unida.

Em que pese o fato deles terem sido atraídos por cartas de parentes e histórias de amigos da mesma região que aqui já estavam e que possuíam comércio, o estabelecimento das relações de pertencimento à região fronteira contou bastante para a fixação dos imigrantes palestinos, bem como os conflitos políticos e econômicos de sua terra natal, o que impossibilitou o retorno das famílias que aqui já estavam.

A leitura dessas entrevistas revelou-se rica não só pela simples possibilidade de se conhecer histórias de vida dinâmicas, mas também por serem sofridas e heróicas, e muitas vezes marcadas pela amargura, pela vitória e superação pessoal.

O próprio dinamismo social revelado por essas entrevistas permite compreender as histórias de vida num contexto mais amplo e, em sua análise, maneiras de compreensão dos elementos determinantes e identificadores desse grupo enquanto agente histórico.

Portanto, a conclusão que se pode chegar é que a questão histórica da capitania de Mato Grosso contribuiu para que a cidade perpetuasse sua condição favorável ao comércio. Entretanto neste recorte temporal pesquisado, verificou-se uma nova formulação: o fator integração e multinacionalização vivenciado pelos palestinos na região de Corumbá. Ou seja, apresentou-se uma nova e complexa caracterização na relação entre a população fronteiriça e os imigrantes palestinos que se instalaram na cidade. Surgiu um sentimento de pertencimento muito grande, que antes não se verificou em outros povos.

Assim, sendo certo que essa investigação não foi exauriu outros aspectos riquíssimos dessa cultura e histórias de vida tão impressionante e dinâmica, renovamos a inquietação para que outras pesquisas continuem sendo efetuadas visando o estudo de um universo que sempre pode ser explorado: o da história de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. A, **dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. Feira sul-americana: narrativa de trabalho, religião e futuros imaginários, **Revista Rever**, ano 13, n.01, Jan/Jun 2013.

BAPTISTA, Dulce Maria Tourinho; BÓGUS, Lúcia Maria Machado; CUTTI, Dirceu; PEREIRA, José Carlos. **Migração, trabalho e cidadania: Patrimônios Culturais do Brasil**. São Paulo: EDUC, 2015.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. São Paulo: Ática, 1990.

BENEDETTI, Alejandro. Lugares de frontera y moviidades comerciales en el sur sudamericano. Una aproximación multiescalar. En: **Fronteiras em foco**. COSTA, E. A; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. Campo Grande: Editora da UFMS, 2011.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Disponível em http://www.4shared.com.br/office/lwGZMczL/homi_bhabha_-_o_local_da_cultu.htm da UFMS, 2013. Acessado em 03/11/2019

BOURDIEU, Pierre. **Capital Cultural: Escuela y Espacio Social**. Mexico: Siglo Veinteuno, 1997.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Rio Paraguai: o 'mar interno' brasileiro**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2014.

BRITO, Fausto. Os povos em movimento: as migrações internacionais no desenvolvimento do capitalismo. In: **PATARRA, Neide (org.) Emigração e imigração Internacional no Brasil Contemporâneo**, v. 2, Campinas, SP: FNUAP, 1995, p. 21-34.

CASTRO, Gilson Moura. **A imigração no Brasil**. Campo Grande/MS: Life Editora, 2012.

CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e Fronteira. O Sul de Mato Grosso (1870-1920)**. Campo Grande: Ed. UCDB, 1995.

CORRÊA, Valmir Batista; CORRÊA, Lúcia Salsa. **História e historiografia de uma região**. Corumbá/MS, 1980.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e cultura/Serviço de documentação, 1950.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. O muro invisível: a nacionalidade como discurso reificado na fronteira Brasil – Bolívia em Corumbá – MS. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*. São Paulo, v. 25, n. 2, nov. 2013, p. 141-156.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVII**. São Paulo: Ed. Estação Liberdade, 1999.

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1991

DE HAAS, Hein, **Migration and Development: A theoretical Perspective**, Inglaterra: Oxford, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: em Campo Grande, MS. Tese de doutorado. F.F.L.C.H., USP, 2001.

ESSELIN, Paulo Marco; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **Fronteiras Esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná**. Dourados: Ed. UFGD, 2012.

ESSELIN, Paulo. M. A. **Gênese de Corumbá: Confluência das Frentes Espanhola e Portuguesa em Mato Grosso (1536 – 1778)**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2000.

_____. **A Pecuária Bovina no Processo de Ocupação e Desenvolvimento Econômico do Pantanal de Mato Grosso do Sul (1830 – 1910)**. Dourados: Editora da UFGD, 2011.

ESSELIN, P. M.; OLIVEIRA, T. C. M. de; OLIVEIRA, M. A. M. de. **Fronteiras esquecidas: a construção de hegemonias nas fronteiras entre os rios Paraguai e Paraná**. Dourados: Ed. UFGD, 2012

FERREIRA, S. M. P.; SILVA, R. V. A Identidade Fronteiriça Brasil-Bolívia: um estudo sobre Linguagem na Literatura de Fronteira. Diamantina. **Rev. Mult. Acad.Vozes dos Vales**, v. 02, p. 01-15, 2013.

FREITAS, ELISA PINHEIRO, Corumbá(MS) e as metamorfoses nas políticas brasileiras de ordenamento territorial e seus impactos territoriais na região de fronteira, **Revista Geofronter**, vol. 1, n.3, 2017.

HISSA, Cassio Eduardo Viana **A Mobilidade das Fronteiras: inserção da geografia na crise da modernidade**, Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais - Edufmg, 2002.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá: o espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2000

MACHADO, Lia O. Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**. Rio de Janeiro, v. 8, 1996, p. 9-29.

MARINUCCI, A Sociedade Civil organizada no contexto da mobilidade humana, 2009, **REMHU: Revista interdisciplinar de Mobilidade urbana**, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 4, 2009, p. 34-40.

MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **.História, região e identidades**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

MARQUES, Ângela Maria, **Movimentos migratórios fronteiriços: bolivianos e paraguaios em Mato Grosso do Sul**. In: Osório, A.C.N. et all (Org). América Platina: Educação, Integração e Desenvolvimento Territorial. Vol II, Campo Grande. Ed. UFMS, 2008.

NOVAIS, Sandra Nara da Silva. **Ruínas de Xerez: Marco Histórico do Colapso do Projeto Colonial Castelhana em Mato Grosso (1593 – 1632)**. Dourados: UFMS, Dissertação de Mestrado em História, 2004

OLIVEIRA, Marco A. M. de. **O. Mais Importante era a Raça. Sírios e Libaneses na Política**, Editora UFMS: Campo Grande, 2010.

_____. **Guerras e Imigrações**. Editora UFMS: Campo Grande, 2004.

OLIVEIRA, M. A. M. de.; JUNQUEIRA, N. M. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comercio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, Arg., n. 15, p. 388-403, 2016.

OLIVEIRA, T.C.M, **Condições de Conurbação internacional**, in: Osório, A.C.N, pereira, J.Oliveira, T.C.M (Orgs). América Platina – textos escolhidos, v. 1, Campo Grande, UFMS, 2007.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Os elos da integração: o exemplo da fronteira Brasil-Bolívia**. In: COSTA, Edgar A.; OLIVEIRA, Marco Aurélio M. (Org.). Seminário de Estudos Fronteiriços. Campo Grande: UFMS, 2009.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"Questão Palestina"**, Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/questao-palestina.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

PESAVENTO, Sandra J. **Além das fronteiras**. In: Martins, Maria Helena (org). Fronteiras Culturais: Brasil, Uruguai, Argentina. São Paulo: Ateliê, 2002.

ROSA, M.; CASTELÃO, R. A. Os árabes em Corumbá: uma rede de cooperação. Ed. Albuquerque, **Revista de História**, vol. 6, n. 12, Jul/Dez 2014, p. 70-86.

SANTOS, Milton, **Técnica Espaço Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAYAD, Abdelmalek. **A imigração ou os paradoxos da alteridade**. 1ª edição. São Paulo: Edusp, 1998.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. Trad. d Tomás de Rosa Bueno. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

SILVA JUNIOR, S.D.; COSTA, F. J. Mensuração e Escalas de Verificação: uma Análise Comparativa das Escalas de Likert e Phrase Completion. PMKT, **Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing**, Opinião e Mídia, São Paulo, Brasil, v. 15, p. 1-16, out. 2014.

SILVA, L. P. B.; MACHADO, L. O.; RIBEIRO, L. P. **Fronteira Brasil-Bolívia: Interações e características do espaço fronteiriço**. In: 12º Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009, Montevideu. Anais do 12º Encuentro de geógrafos de América Latina. 2009.

MAMIGONIAN, A. **Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá**. In: GEOSUL. Santa Catarina, nº 1 – 1º sem. 1986.

CORRÊA, J. M. **O Mestrado Profissional em Estudos Fronteiriços em perspectivas de inserção social: avaliações sobre a implantação do Circuito de**

Apoio ao Imigrante. Dissertação de Mestrado, Mestrado em Estudos Fronteiriços, UFMS, 2016.

DORATIOTO, F. F. M. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai.** São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____ **Lei nº 4388, de 15 de junho de 1869.** Institui a isenção dos direitos de consumo às mercadorias que forem importadas na Província de Mato Grosso, e os de exportação aos gêneros de produção Nacional. Câmara dos Deputados Federal, DF, 15 de junho de 1869. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4388-15-julho-1869-553018-publicacaooriginal-70651-pe.html>. Acesso em: 27 de janeiro de 2020.